

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

KELLY WOLFF CORDEIRO

**O AMBIENTE INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL
NA REGIÃO PRODUTORA DE UVA DE MESA
DE JALES – SÃO PAULO**

CAMPO GRANDE – MS

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KELLY WOLFF CORDEIRO

**O AMBIENTE INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL
NA REGIÃO PRODUTORA DE UVA DE MESA
DE JALES – SÃO PAULO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Curso de Pós-Graduação em Administração. Área de concentração: Gestão do Agronegócio.

Orientador: Cicero Antonio Oliveira Tredezini, Dr.

Campo Grande – MS

2010

**O AMBIENTE INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL
NA REGIÃO PRODUTORA DE UVA DE MESA
DE JALES – SÃO PAULO**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração Gestão do Agronegócio do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 25 de Junho de 2010.

Prof.º Dr. José Nilson Reinert
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof.º Dr. Cicero Antonio Oliveira Tredezini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.º Dr. Dario de Oliveira Lima-Filho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.º Dr. Elcia Esnarriaga de Arruda
Membro Externo

FICHA CATALOGRÁFICA

657.31
A485d

Cordeiro, Kelly Wolff

O Ambiente Institucional e Desenvolvimento Rural na região produtora de Uva de Mesa de Jales – São Paulo/ Kelly Wolff Cordeiro – Campo Grande, 2010.

92 f. Fig.

Orientador: Cícero Antonio Oliveira Tredezini

Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inclui Bibliografia

1. Instituições. 2. Teoria do Desenvolvimento. 3. Viticultura. I. Cícero Antonio Oliveira Tredezini. II Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Curso de Pós-Graduação em Administração. III Título.

Dedico

Aos meus pais e minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Alzira e Luiz Antonio e minha irmã Kátia, por sempre terem me apoiado nos estudos, principalmente no período do mestrado.

Aos professores Cícero e Dario pela sugestão do tema de pesquisa, orientação e críticas dada nesses últimos dois anos. E a Mayra Bitencourt pelas críticas pertinentes no meu projeto de qualificação

O professor Luis Carlos, o Barrinha, por sempre ter me apoiada e ajudado em momentos delicados da minha vida no fim de 2009 e início de 2010.

Agradeço ao Paulo Ramalho, que hoje é professor universitário, e que me incentivou e ajudou no desempenho deste trabalho.

Agradeço a Rosali, secretária do Programa de Pós – Graduação que foi uma mãe para mim durante o período do mestrado.

Aos funcionários do DEA, que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço a CAPES e o CNPq por ter financiado a pesquisa que deu origem a esta dissertação.

RESUMO

CORDEIRO, KELLY WOLFF. **O Ambiente Institucional e Desenvolvimento Rural na Região Produtora de Uva de Mesa de Jales – São Paulo**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Orientador: Cicero Antonio Oliveira Tredezini

Defesa: 29/06/2010

A produção de uva de mesa é uma atividade agrícola de significativa importância social e econômica para a região Noroeste de São Paulo, visto que apresenta uma alternativa de ocupação e geração de renda para o pequeno produtor rural. Assim, este trabalho tem por objetivo caracterizar o ambiente institucional da região de Jales – SP, avaliando o papel das instituições e o desenvolvimento da viticultura, de modo a visualizar a interação das instituições e os produtores de uva de mesa. O estudo baseia-se nas Teorias Institucionalistas e para enriquecer o trabalho usa-se também, conceitos de Desenvolvimento, o qual em conjunto com o aporte Institucionalista permite melhor análise. Para o desenvolvimento deste trabalho foram necessários dados secundários e primários; para tanto, foram feitas entrevistas com os principais agentes institucionais presentes na região (Embrapa, CATI, Banco do Brasil, Cooperativa, Sindicatos Patronal e dos Trabalhadores e Agrônomo especializado na viticultura). Entrevistou-se também, produtores para obter a percepção dos mesmos em relação as instituições. Por meio das análises descritivas, mapas cognitivos utilizados neste estudo, pode-se constatar que há falhas no ambiente institucional e que pode comprometer o desenvolvimento da atividade no presente e no futuro.

Palavras-chave: Instituições, Teoria do Desenvolvimento, Viticultura.

ABSTRACT

CORDEIRO, KELLY WOLFF. **O Ambiente Institucional e Desenvolvimento Rural na Região Produtora de Uva de Mesa de Jales – São Paulo**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

Orientador: Cicero Antonio Oliveira Tredezini
Defesa: 29/06/2010

The production of table grape farming is one of significant social and economic importance for the region of northwest São Paulo, since it shows an alternative of occupation and income for the small rural producer. Thus, this work's objective is to characterize the institutional environment of the Jales region, in SP, evaluating the institutions role and the development of viticulture, this way visualizing the interaction between the institutions and the table grape producers. This study is based on the Institutional Theories and to make the work richer, development concepts are also used, which combined with the Institutionalistic contribution allows a better analysis. To the development of this work, primary and secondary data were needed; therefore there were interviews with the most important institutional agents of the region (Embrapa, CATI, Banco do Brasil, Cooperativa, Workers Syndicate and Bosses Syndicate and Agronomist specialized in viticulture). There were also interviews with producers to obtain their perception related to the institutions. Through descriptive analysis, mind maps used in this study, one concludes that there are mistakes in the institutional environment that may compromise the development of the activity in the present and the future.

Keywords: Institutions, Development Theory, Viticulture.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Lógica indutiva num estudo qualitativo _____	39
Figura 2 Esquema teórico de Commons (2003) _____	22
Figura 3 - Relação teórica entre Instituições e Desenvolvimento _____	36
Figura 4 Produção brasileira de uvas entre os anos 1998 e 2008 _____	45
Figura 5 Maiores Estados produtores de uva no Brasil entre 1998 e 2008. _____	46
Figura 6 Divisão do Estado de São Paulo em EDRs _____	48
Figura 7 Disposição da produção de Uvas Finas e Rústicas no EDR-Jales-SP. _____	51
Figura 8 - Foto da Câmara Fria da Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales _____	55
Figura 9 Germoplasma utilizado pela EMBRAPA - Jales nas pesquisas _____	57
Figura 10 Principais Instituições presentes no EDR – Jales _____	60
Figura 11 Resumo das Políticas de Crédito Rural _____	64
Figura 12 Organização Institucional para o Financiamento Rural _____	65
Figura 13 Valores em Mil Reais e Número de Contratos, Feap e Pronaf no EDR de Jales – SP _____	66
Figura 14 - Equipamento de Proteção Individual _____	72
Figura 15 - Equipamento de Proteção Individual utilizado _____	73

Lista de Tabelas

Tabela 1 Evolução da área Plantada de Uva nos principais Estados produtores _____ 46

Tabela 2 Produtividade de uva nos maiores Estados produtores _____ 47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.2.1 GERAL	16
1.2.2 ESPECÍFICOS	16
1.3 HIPÓTESE DA PESQUISA	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS	17
2.2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	29
2.2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL	32
2.2.3 DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES	35
3. MÉTODO	38
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	45
4.1 A VITICULTURA NO BRASIL	45
4.1.2 A REGIÃO DE JALES NO ESTADO DE SÃO PAULO E A PRODUÇÃO DE UVA DE MESA	48
4.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL	54
4.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO E PESQUISA	60
4.2.2 LINHAS DE FINANCIAMENTO	61
4.2.3 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL NO EDR DE JALES – SP VOLTADO PARA FINANCIAMENTO	64
4.3 FORÇA DE TRABALHO	67
4.4 MEIO AMBIENTE	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE	86

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo, ficando atrás apenas da China e Índia. No mercado mundial, a participação brasileira esta em 5%. No ano de 2008 a produção brasileira de frutas ultrapassou 43 milhões de toneladas. Mais da metade da produção nacional de frutas (53%) é destinada ao mercado de frutas processadas e 47% para consumo *in natura*. O Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF), diz, ainda que existe um mercado externo com potencial 28,3 milhões de toneladas para ser explorado pelo Brasil (IBRAF, 2010).

A fruticultura brasileira é diversificada em função da extensão territorial, posição geográfica e condições edafoclimáticas. Tais características possibilitam a produção de frutas tropicais, subtropicais e temperadas. De acordo com o Presidente do IBRAF, esse grande setor emprega 5,6 milhões de pessoas, ou seja, 27% da mão-de-obra da agricultura.

A relevância da uva dentro da fruticultura é que tal fruta é a mais consumida na forma *in natura* e na forma de suco (TARSITANO, 2001). E de acordo com Correa e Boliani (2001), cerca de 80% da produção mundial é destinada para vinhos. Sobre as uvas para consumo, podem ser divididas em dois grupos, as rústicas, representada pela cultivas Niágara, e as finas, como a Itália.

Dentre as frutas produzidas no Brasil a uva tem se destacado. A produção em 2008, segundo o IBGE foi de 1,421 milhões de toneladas e apresentou média de produção de 1,314 milhão de toneladas entre 2004 e 2008. Neste período, a produção aumentou em 38,74%. Além do Brasil, alguns países se destacam na produção como Itália, em primeiro lugar, seguido dos Estados Unidos e da China (FAOSTAT, 2009).

Com relação às exportações, a Itália e os Estados Unidos ocupam a primeira e a segunda posição, respectivamente. Mas, a participação da uva brasileira no comércio internacional tem sido crescente. Entre os anos 2000 e 2007, o Brasil passou do 18º para 7º maior exportador de uva (FAOSTAT, 2010).

A produção nacional se desenvolveu nas regiões Sul, Sudeste e, recentemente, no Nordeste. Os maiores estados produtores são: Rio Grande do Sul, São Paulo e

Pernambuco, que juntos, em 2008, foram responsáveis por 79,88% da produção total de uva. O estado de São Paulo, sozinho, responde por 13,6% da viticultura brasileira. Existe uma diferenciação no direcionamento da produção para estas regiões. O Rio Grande do Sul foca a sua produção para vinhos e sucos, o Nordeste brasileiro é voltado para a exportação de uvas de mesa e São Paulo produz uva de mesa para consumo *in natura* no mercado interno.

De acordo com Correa e Boliani (2000) e Tondato (2006), o estado de São Paulo é o maior produtor de uva de mesa do Brasil com 54,4% da produção nacional. Dentro de SP três regiões se destacam: Itapetininga e Sorocaba, localizadas ao Sudeste do estado produzindo uvas rústicas, e Jales no Noroeste com a produção de uvas finas e, mais recentemente a variedade rústica Niágara.

A região Noroeste de SP além de ser importante na produção de uvas finas, tem duas safras anuais e, dessa forma, lança o produto no mercado nacional em uma época de entressafra, auferindo melhores rendimentos. Ademais, Barros e Boteon (2002) afirmaram que os produtores mesmo sendo de pequeno e médio portes, apresentam grau de tecnificação melhor se comparada a outras regiões de São Paulo.

Nesta direção, Tondato (2006) afirma que o Noroeste paulista é o maior produtor de uvas finas de mesa do estado de São Paulo e o clima quente e uso de tecnologias permitem aos produtores comercializar a fruta entre os meses de julho a dezembro.

A viticultura esta presente na região de Jales desde 1975. Começou a se desenvolver em função da queda da cultura do café por intempéries climáticas (geada). Nas décadas de 1980 e 1990 a atividade cresceu de 24 para 1.040 hectares.

A implantação de uma unidade da Embrapa na região, denominada Estação Experimental de Viticultura Tropical da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária no município de Jales em 1993 demonstra a importância da atividade para a região. O objetivo principal desta instituição é desenvolver tecnologias direcionadas para uva de mesa cultivada em áreas tropicais.

Conforme o Censo Agropecuário do Estado de São Paulo feito pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) em 2008, 87,5% do total da unidade produtivas na região de Jales são propriedades com áreas inferiores a 50

hectares. Os produtores cultivam uma área média de 2 a 3 hectares e tem na viticultura importante cultura.

De acordo com Guanzirolli et al. (2002), a agricultura familiar apresenta grande potencial produtivo além de contribuir na geração de renda e de postos de trabalho para as famílias que vivem no campo. Dessa forma, torna-se um importante mecanismo para o desenvolvimento rural.

Veiga et al. (2001) indica alguns elementos importantes para que ocorra o desenvolvimento rural, tais como: valorização e fortalecimento da agricultura rural, estímulo a diversificação da economia local e incentivos do Estado para a formação de arranjos institucionais locais. Estes itens formariam uma estratégia para o desenvolvimento rural.

A região de Jales, apesar de ter destaque na produção de uvas finas de mesa, apresenta problemas quanto ao ambiente institucional o que por sua vez recai no desenvolvimento rural da região. O arranjo ou o ambiente institucional é tão relevante para analisar determinada atividade produtiva quanto a análise dos custos de produção.

De acordo com Conceição (2002), o desenvolvimento resulta não apenas de taxas de crescimento, mas também das instituições, com as quais mudanças estruturais são realizadas em prol de uma atividade econômica. Dito de outra forma, as instituições definem a estrutura de incentivo das sociedades e, especialmente, das economias e, como consequência, são as determinantes da performance econômica.

Este trabalho se propõe a estudar a estrutura institucional ligada a produção de uva de mesa no Noroeste de São Paulo, mais especificamente na região de Jales – SP. A teoria base que fundamenta a pesquisa é a Teoria Institucional e para enriquecer utilizará conceitos das Teorias de Desenvolvimento.

De modo geral, o desenvolvimento rural é um processo oriundo de atos coordenados que visam estimular mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural para melhorar a renda e a qualidade de vida da população rural.

Para compreender mudanças socioeconômicas e ambientais é necessário que se analise a forma que o arranjo institucional tem em determinada região. Uma vez que elas funcionam como engrenagens para promover o crescimento e desenvolvimento econômico (CONCEIÇÃO, 2002).

Considerando este escopo, pode-se dizer que as instituições são relevantes porque influenciam na geração de novas tecnologias, na organização das firmas, da mão-de-obra, das políticas macroeconômicas e até mesmo da competitividade (CONCEIÇÃO, 2002).

Diante disto, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: as instituições relacionadas com a viticultura presentes na Região de Jales de São Paulo são promotoras do desenvolvimento rural para os produtores desta região?

A importância de estudar tal questão é que há poucos estudos na literatura que tratam exclusivamente do aspecto institucional da uva de Jales, pois existem trabalhos que estudaram a comercialização, as redes de suprimento, os custos de transação, mas sobre o ambiente institucional nesta região são poucos.

Escolheu-se a região de Jales pois, este é um importante pólo de produção de uva de mesa do estado de São Paulo e há municípios do Escritório de Desenvolvimento Regional de Jales (EDR – Jales), inclusive Jales, tem a uva como principal cultura em termos de valores de produção (TONDATO, 2006).

Além disso, esta pesquisa é parte integrante de um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq chamado Desenvolvimento Sustentável do Arranjo Produtivo Local de Uva de Mesa da Região Noroeste do Estado de São Paulo que tem como objetivo avaliar a dinâmica do desenvolvimento sustentável do Arranjo Produtivo Local de Uva de Mesa da Região Noroeste do Estado de São Paulo. Por estes motivos, viu-se a relevância de investigar o ambiente institucional, já que as instituições são fatores para o crescimento e desenvolvimento da região (CONCEIÇÃO, 2002).

O texto está dividido em 5 partes, sendo a primeira a introdução que contem o problema e a justificativa da pesquisa, seguido dos objetivos e hipótese. Na seqüência é exposto o procedimento metodológico utilizado. No item 3 é feita Fundamentação Teórica, que versará sobre teóricos institucionalistas e conceitos de desenvolvimento. Este item é fechado com a junção destes dois ferramentais teóricos.

Os resultados e discussões serão feitos na seqüência que trará uma breve caracterização da região estudada, mas com o foco na viticultura. Depois segue a análise institucional. As considerações finais estão no item 5, seguido das referencias e do

Apêndice, onde consta os roteiros de entrevistas utilizados tanto com os representantes institucionais quanto com os produtores.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Geral

Analisar a dinâmica institucional na produção da uva de mesa na Região de Jales no Estado de São Paulo e, assim, verificar as implicações no desenvolvimento rural.

1.2.2 Específicos

Pretende-se:

- a) caracterizar a produção de uva de mesa com enfoque na área e quantidade produzida, estrutura fundiária e tipo de mão de obra utilizada, e as instituições presentes na região de Jales – SP em função da área de atuação.
- b) verificar as contribuições das instituições relacionadas com a produção de uva de mesa em Jales – SP;
- c) analisar o ambiente institucional de modo a discutir sobre um modelo institucional focado para a viticultura na Região de Jales-SP.

1.3 Hipótese da Pesquisa

O ambiente institucional é frágil para garantir o desenvolvimento rural dos produtores de uva de mesa da região de Jales – SP.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS

As palavras crescimento e desenvolvimento econômico possuem diferentes significados ou são sinônimas dependendo da vertente teórica econômica que se usa para analisar algum fato ou fenômeno.

Para a vertente que se costuma chamar de *mainstream* ou a teoria ortodoxa, crescimento e desenvolvimento não possuem diferenças conceituais, ao passo que para a abordagem das instituições há grande diferença entre ambas (CONCEIÇÃO, 2002).

As instituições atuam como ligação entre crescimento e desenvolvimento para que o processo de crescimento seja duradouro e sustentado. O arranjo institucional é que permite a ocorrência de mudanças estruturais importantes para a conformação de novas formas de crescimento. Exemplificando, as instituições são importantes pois são elas que facilitam ou promovem as inovações tecnológicas, a organização das firmas, o processo de trabalho, as políticas macroeconômicas e o padrão de competitividade (CONCEIÇÃO, 2002).

Ademais, as instituições, de acordo com North (1990), surgem em determinado tempo e espaço e sendo assim, tornam eixos centrais na escolha de estratégias das empresas as quais por sua vez afetam nas expectativas e a tomada de decisão dos agentes. Isso aparentemente se parece com a tradição neoclássica, mas na realidade, os institucionalistas não se baseiam no agente maximizador e na busca contínua do equilíbrio ótimo.

A abordagem institucionalista possui pressupostos metodológicos básicos que se diferenciam do *mainstream*, quais sejam: a idéias do processo, da incorporação das questões históricas que se chamam também de *path dependence*, destaque na mudança institucional, ou seja, alterações tecnológicas, sociais e econômica. Estes pressupostos são o que distingue a corrente institucionalista da neoclássica.

Tendo em vista essa breve introdução a cerca da teoria institucionalista, na seqüência será mostrado as vertentes existentes dentro da corrente institucionalista, a

qual abrange os chamados “Velhos Institucionalistas” tendo como principal expoente Veblen, Hodgson e Commons.

De acordo com Rutherford (1996) os principais autores da chamada velha economia institucional (VEI) são Thorstein Veblen, Clarence Ayres, John Commons e Wesley Mitchell, Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger, sendo esses três últimos considerados contemporâneos mas que seguem a linha da VEI.

É comum dizer que a economia institucional surge com o artigo de Veblen em 1898 chamado *Why is Economics not an Evolutionary Science*, em que é questionada a rigidez da teoria neoclássica o que por sua vez dificulta o processo de evolução da teoria econômica (Veblen, 1998). Além deste texto, outro autor importante para o surgimento do termo “economia institucional” é Walton Hamilton. Mas foi Veblen que se destacou na apresentação e estudo do institucionalismo como programa de pesquisa, visto que é considerado o fundador da VEI (CAVALCANTE, 2007).

A percepção de Veblen quanto ao caráter estático da teoria neoclássica o fez adicionar na análise as instituições, visto que estas não eram levadas em consideração nos modelos. As instituições para este autor tem relevância visto que estas possuem papel fundamental na evolução da sociedade. Ao passo que o programa neoclássico se baseava em suposições acerca do comportamento do consumidor e hipóteses pouco condizentes com a realidade.

O conceito de economia evolucionária para Veblen (1998) se baseia no que ele chama de processo, ou seja, a explicação de algum fato ou fenômeno não é feita com algum objetivo e sim no envolvimento das causas e efeitos. O interesse econômico determina o processo de crescimento cultural, no qual a economia evolucionária seria uma teoria cumulativa das instituições, ou seja, um processo de mudança aditivo que ocorre com o tempo.

O processo cumulativo da adaptação dos meios aos fins é uma constante na vida dos indivíduos ao longo do tempo, e isso que dizer que, ocorrem modificações que se acrescentam uma a outra fazendo o processo avançar. Isto se assemelha ao processo de causação existente nas correntes evolucionárias. De certa forma, pode-se afirmar um paralelo com a teoria Darwiniana, em que viver é um processo contínuo de adaptação, dessa mesma forma ocorre com as instituições, visto que a evolução da sociedade, assim como do homem, é um processo de adaptação ou seleção natural e da mesma forma ocorre com as instituições (CONCEIÇÃO, 2002).

Ao utilizar o paradigma processual como centro das mudanças há instantaneamente uma rejeição do foco da economia nos recursos escassos e das necessidades humanas. Para os institucionalistas evolucionários, as necessidades e os recursos são resultados de processos sociais dependentes do progresso tecnológico (CONCEIÇÃO, 2002).

O conceito de instituições na ótica deste autor está baseado nos hábitos mentais ou seja, nos costumes adquiridos no dia-a-dia. Pode-se dizer também que as instituições são o conjunto de hábitos ou formas de pensamento comum aos homens. Associando-se a linha darwiniana, as instituições são para Veblen (1998) o produto do presente, o qual modela o futuro por meio de um processo seletivo e de adaptação advinda dos costumes e hábitos dos homens (CONCEIÇÃO, 2002).

Seguindo a linha evolucionária da corrente institucionalista, surge Geoffrey Hodgson quarenta anos após Veblen, sendo, portanto, considerado um neo-institucionalista, mas ligado a vertente norte-americana visto que resgata a importância do hábito e das crenças individuais (ALBERT et.al., 2007).

Apoiando-se na definição de instituição de Veblen, a qual é vista como hábito mental, Hodgson opta pelo modelo reconstitutivo de cima para baixo, o qual é o contrário do modelo usado por Menger ao explicar o surgimento da moeda (HODGSON, 2001).

A utilização de um modelo de cima para baixo deixa implícito uma crítica a Menger, visto que o modelo de baixo para cima pressupõe a inexistência de instituições. Nas palavras de Hodgson (2001) “o estado de natureza sem instituições é inalcançável tanto na teoria como na realidade”. Para este teórico, qualquer interação individual depende de alguma instituição pré-existente, ainda que seja uma instituição elementar.

É importante reconhecer que as preferências individuais podem ser moldadas pelo ambiente institucional, e por isso, um modelo reconstitutivo de cima para baixo precisa fazer parte da explicação da evolução das instituições (CAVALCANTE, 2007).

Ao contrário de Menger, Hodgson diz que para se explicar o surgimento ou emergência de uma instituição sempre se pressupõe a preexistência de outra instituição.

O conceito de instituições para Hodgson (2001) vai um pouco mais além do de Veblen:

Institutions are durable systems of established and embedded social rules and conventions that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table

manners, firms (and other organisations) are all institutions. In part, the durability of institutions stems from the fact that they can usefully create stable expectations of the behaviour of others. Generally, institutions enable ordered thought, expectation and action, by imposing form and consistency on human activities. They depend upon the thoughts and activities of individuals but are not reducible to them (HODGSON, 2003, p.7).

As instituições são então definidas como as firmas, as organizações, as regras, restrições e idéias que de alguma maneira influenciam nas preferências individuais, ou seja, as instituições impactam diretamente no comportamento dos indivíduos por meio da alteração dos hábitos. E é esta definição que norteia as análises presentes neste trabalho.

Estes são originários da repetição de alguma ação ou pensamento. “Hábitos são repertórios submersos de comportamento potencial. Podem ser acionados por estímulo ou contexto apropriado” (HODGSON, 2001, p.107). É diferente de comportamento, visto que é uma propensão a um determinado comportamento condicionado a uma dada situação. Hodgson (2001) indica algumas circunstâncias em que os agentes econômicos podem recorrer aos hábitos e regras para tomarem decisões.

A primeira ocasião indicada é em uma situação de **otimização**, em que seja possível empregar procedimentos e regras de decisão para encontrar um ponto ótimo, considerando que seja conhecido o conjunto de possibilidades. Nesta circunstância, Hodgson (2001) critica o homem econômico quanto a sua racionalidade ao dizer que os hábitos e as regras limitam a percepção computacional desses agentes pois este agente racional sempre dependerá dos hábitos e regras, uma vez que não tem como de desvencilhar dos mesmos.

Na sequência, esta a **vastidão**, a qual se refere a uma situação em que se tem acesso fácil à informação, mas sua busca demanda uso de muito tempo e recursos. O exemplo utilizado pelo autor para ilustrar é uma busca por determinado assunto em uma biblioteca. Há uma gama grande de informações sobre o tema e que não há dificuldade em processar tais informações disponíveis, mas as barreiras neste caso são de atenção e de tempo para fazer a melhor escolha.

Quando existe uma brecha entre a complexidade do ambiente de decisão e a capacidade analítica do agente, isso representa uma situação denominada de **complexidade**. Esta situação se ilustra quando existe uma densidade de encadeamentos

e interações grandes na busca por informações, de forma que fica uma lacuna entre a capacidade e a dificuldade de selecionar a melhor alternativa.

A quarta ocasião em que se deve recorrer aos hábitos e regras é chamada **incerteza**. Nesta ocasião não se pode obter as informações essenciais e nem as probabilidades de futuros eventos. A **comunicação** é outra condição para o uso de hábitos e regras, a qual trata da necessidade geral de se comunicar com os outros.

Outra situação é a que Hodgson(2001) denomina de **conhecimento**, em que existe o problema geral de tratar e interpretar as informações. De maneira geral, as informações são interpretadas de modo compatíveis com as concepções e teorias já existentes no mundo. Mas em função da existência de estruturas cognitivas é possível que haja ambigüidade na transformação das informações em conhecimento.

A sexta situação é a denominada de **aprendizagem**, que é o processo de aquisição de conhecimento sobre o mundo. Portanto, isso implica em um contínuo processo de reconstrução do conhecimento o que por sua vez envolve uma relação constante entre o agente e o ambiente externo. Além disso se caracteriza por ser uma situação de formulação e solução de problemas e não de acumulação de informações.

Os hábitos estão ligados as preferências dos indivíduos, de forma que, novos hábitos alteram os existentes mudando por sua vez as preferências. Então, mudanças e restrições institucionais podem mudar as formas de pensar e de agir. Dessa maneira, a capacidade de mudança e de estruturação das instituições sociais faz com que surjam novas percepções e hábitos dos indivíduos. Isto retoma a idéia de processo cumulativo de Veblen e o modelo reconstitutivo de cima para baixo de Hodgson.

Adicionalmente a esses teóricos, John Commons é uma referência importante quando se trata de institucionalismo e, além disso, de acordo com Conceição (2002) foi fundamental para o surgimento da Nova Economia Institucional (NEI) que possui como expoente Douglas North.

No artigo *Economía Institucional* (2003) de Commons consta o que é a economia institucional e no que ele se baseia para montar a sua abordagem. Portanto, o que será exposto aqui terá base neste texto dele.

Commons (2003) aponta a dificuldade de se definir o que são as instituições dentro do escopo econômico. Dependendo do contexto, pode significar o marco legal, o comportamento dos agentes econômicos, a ação do conjunto no lugar do indivíduo.

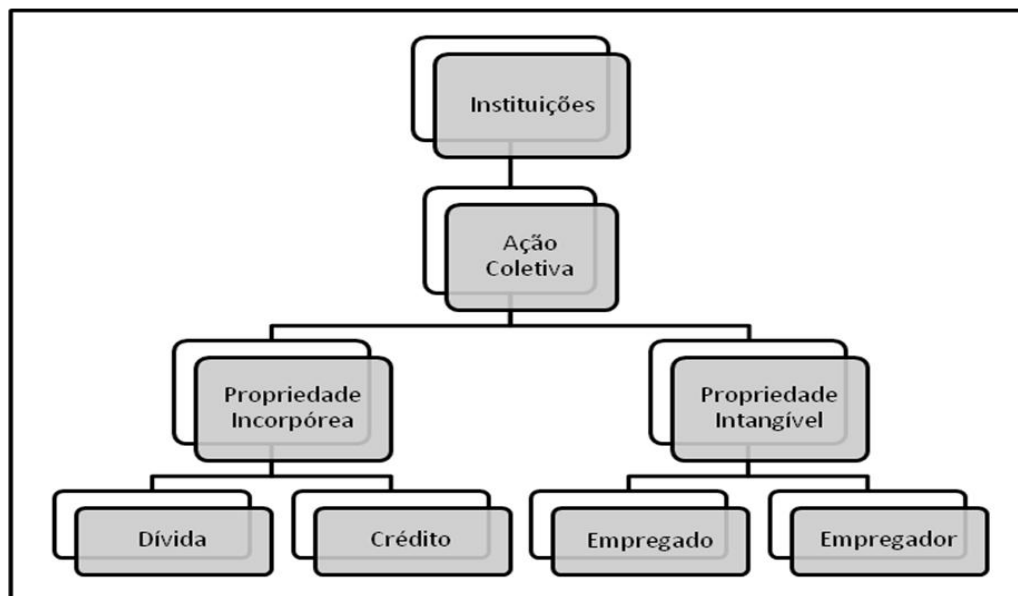


Figura 2 Esquema teórico de Commons (2003)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Commons

De acordo com a Figura 2, a definição de instituição para este teórico se baseia na ação coletiva, ou seja, a ação que pode controlar, ampliar e liberar o comportamento do agente. Essa ação coletiva considera os costumes, a família, a empresa, associação comercial, o sindicato e o Estado.

A ação coletiva, ou seja, as instituições são regidas por um princípio que é o controle, a liberação em maior ou menor grau do indivíduo perante o coletivo. Conseqüentemente isso resulta em perda ou ganho para as partes envolvidas na transação, isso na linguagem de Commons (2003) é o crédito e a dívida.

A propriedade incorpórea para este autor esta relacionada quando se transacionam direitos de propriedade, por isso o uso das palavras dívida e crédito. A primeira esta relacionada com algo que deve ser cumprido, ao passo que a segunda é o direito originado da criação do dever.

Em outra direção, quando se trata da propriedade intangível, o foco esta no comportamento dos agentes que podem ter suas ações limitadas como exemplificado na relação empregado e empregador. Ambos têm liberdade de ação, mas a liberdade de um pode ser a perda de outro. Isto quer dizer que, ambos apesar de serem livres podem ter suas atuações limitadas. O empregador pode admitir ou demitir o empregado quando for conveniente e este pode trabalhar ou não trabalhar. Dessa forma observa-se o princípio da ação coletiva que pode controlar e ampliar a ação em maior ou menor grau.

As ações coletivas em alguns casos são mais eficientes que ações do Estado conforme Commons (2003), como por exemplo uma empresa de investimentos, sindicatos, associação patronal ou comercial. Isto acontece, pois, estas organizações, podem criar regras e tem mais facilidade ou agilidade para o cumprimento das regras estabelecidas.

Considera que o ponto principal da existência das organizações estabelecerem o que pode ou o que não pode ser feito ou o que são ou não direitos é o princípio da escassez, da eficiência e do que pode acontecer no futuro. Por isso, os comportamentos dos agentes precisam ser regulados por regras que minimizem problemas nas transações.

A questão do comportamento dos indivíduos pode ser analisada por três grandes áreas do conhecimento, quais sejam, a economia clássica, o direito e a economia institucional. Commons (2003) afirma, baseado em David Hume, que o ponto em comum dessas áreas é o princípio da escassez e o conflito de interesses. A partir disso, Hume fala em ética dos negócios, que para Commons foi o princípio da abordagem institucionalista.

A ética da negociação abarca as questões do conflito de interesses, da escassez, das regras de comportamento, as quais nascem em virtude do interesse associado a escassez. Dentro de cada área, a sanção pode ser visualizada de uma forma, para o direito, os agentes estão submetidos a penas, na economia, são as mesmas regras, mas as sanções são de cunho econômico, ou seja, refletem nos lucros, e por fim para a economia institucional trata dos valores relativos e da eficiência desses tipos de sanções.

Com relação as transações, Commons (2003) as divide em três grandes tipos, as transações de negociação, de administração e de racionamento. Nas palavras de Commons “los participantes en cada una de ellas son controlados y liberados por las reglas de funcionamiento del tipo particular de interés moral, económico ou político en cuestión” (COMMONS, 2003, p.6).

A transação de negociação é semelhante ao mecanismo de mercado de organização da interação dos agentes, ou seja, os melhores vendedores e compradores interagem. Neste tipo de transação há possibilidade de ter quatro tipos de conflitos de interesse, são eles: competição, discriminação, poder econômico e regras de funcionamento.

O primeiro conflito está relacionado com a disputa entre compradores e vendedores e por isso, cabe aos tribunais definirem as regras da transação para que a torne menos desleal.

O conflito do tipo discriminação está ligado as oportunidades dos agentes de escolherem com quem desejam transacionar, dessa forma, as instituições aparecem para elaborar regras para coordenar a interação. Mas as regras podem ser razoáveis ou não para a coletividade. Com relação ao poder econômico, este ligado ao poder de barganha nas negociações. E por fim, as regras de funcionamento, as quais podem ser tendenciosas e por isso gerar conflito.

A transação denominada administração, é considerada por Commons (2003) as que produzem riquezas. A relação ocorre por meio de uma hierarquia, na qual tem um superior e um inferior e baseada na eficiência. Exemplo dessa transação é uma transação entre um presidente de uma empresa com seu gerente, este deve obedecer às ordens de seu superior para que não haja conflito.

O terceiro tipo de transação é denominado de racionamento e também apresenta-se sob uma hierarquia. A relação também acontece entre duas partes, mas a diferença esta no escopo do agente. Neste tipo de transação o agente superior é coletivo ao passo que os inferiores são os indivíduos. Exemplos dessa transação são: o poder legislativo de um país e decretos de ditaduras.

Associado a cada uma desses três tipos de transação, estão as dimensões das mesmas, quais sejam: a atuação, a ilusão e a abstenção. A primeira é a capacidade que um agente tem de influenciar sobre outro ou sobre a natureza, a segunda esta relacionada com a percepção dos indivíduos, “la elusión es su ejercicio en una dirección y no en la siguiente dirección disponible”(COMMONS, 2003, p.8). Por fim, a abstenção “es el ejercicio, no del poder total - excepto en una crisis- sino de um grado limitado del posible poder moral, físico o económico personal”(COMMONS, 2003, p.8). De maneira geral, a atuação é a atuação real ao passo que a ilusão é a atuação alternativa que pode ser evitada ou não.

Associada as dimensões das transações, estão os tipos de relações sociais implícitas nas ações dos indivíduos. Elas podem ser de três tipos, conforme Commons (2003): relações de conflito, de dependência e de ordem.

As relações de conflito tem origem no conceito de escassez pois os indivíduos movidos pelo seu interesse agem de forma a maximizá-lo. Espera-se dos agentes que se

comportem fazendo trocas de direitos de propriedade sem que haja perdas para alguma das partes. Mas em função do interesse e da escassez o equilíbrio pode não ocorrer como se espera.

As relações de dependência e de ordem se baseiam nos princípios de escassez, eficiência, visão de futuro, mas ligados também com conceitos que regulam a ação coletiva que ao mesmo tempo libera e controla o comportamento. As partes envolvidas em uma transação, o que por sua vez pode ser um conflito de interesses, dependem umas das outras para a transferência de propriedade ou de consumo.

Dessa forma, as regras de funcionamento não são harmoniosas conforme as hipóteses do direito natural e do equilíbrio mecânico das escolas clássicas. Então, é a partir do conflito de interesses que se criam as regras (COMMONS, 2003).

Commons (2003) diz que a economia institucional não se separa da escola clássica, e sim foca no futuro, ou seja, a teoria não estuda a produção das mercadorias ou o controle físico das mesmas, a corrente institucionalista estuda o controle legal das mercadorias e do trabalho.

A partir das leituras de Commons (2003), pode-se chamar a economia institucional de uma teoria que estuda o comportamento dos agentes e, portanto, a corrente institucionalista deveria indicar uma análise do comportamento econômico dos agentes ou indivíduos, visto que o conceito de instituições centra-se nas ações coletivas.

Nas décadas de 1960 e 1970, um outro grupo de economistas começou a desenvolver uma nova perspectiva, preocupada também com aspectos micro e macroeconômicos das instituições, denominados de Nova Economia Institucional (NEI). Mas esta vertente não foi utilizada para este trabalho, pois o conceito dos primeiros institucionalistas é mais abrangente.

Ronald Coase demonstrou como a introdução de custos de transação na economia determina as formas organizacionais e as instituições do ambiente social. O estudo formulado por Oliver Williamson na construção da sua Teoria da Economia dos Custos de Transação mostrou a importância das instituições, observando que estas são passíveis de receberem interpretações analíticas (KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

Douglas North contribuiu para a perspectiva da Nova Economia Institucional em um nível macro-institucional de análise, relacionando instituições e desempenho

econômico; focalizando a formação de instituições econômicas e políticas e as consequências dessas instituições na performance econômica através dos tempos.

Os teóricos da NEI sustentam que os agentes, embora se esforcem por pautar suas ações em parâmetros estritamente racionais, só o conseguem fazê-lo de forma parcial devido a limitações da capacidade cognitiva humana. Considera-se, também a capacidade restrita de processamento das informações disponíveis, pois as informações não estão igualmente disponíveis a todos os agentes econômicos, suscitando nestes, práticas oportunistas (KUPFER e HASENCLEVER, 2002).

O trabalho de Coase (1937) é reconhecido como a primeira tentativa de definir a noção de custos de transação. Estes foram categorizados em duas instâncias principais, quais sejam, os custos para se descobrir os preços vigentes no mercado e custos de negociação e estabelecimento de um contrato. O trabalho de Coase consistiu no primeiro esforço no sentido de prover maior compreensão quanto à natureza da empresa capitalista, deixando esta de ser entendida unicamente como uma função de produção, para ser vista como uma forma de coordenação alternativa ao mercado (ZYLBERSZTAJN, 1995).

O custo de transação foi introduzido por Oliver Williamson a partir dos trabalhos de John Commons e Ronald Coase. Essa concepção está voltada para a racionalidade limitada e as variáveis sociológicas e estruturais. Tem como base o modelo do auto-interesse do comportamento humano.

Para Williamson (1996), os custos transacionais surgem na medida em que os agentes ao relacionarem-se entre si dão origem a problemas de coordenação quanto às suas ações. São, portanto, os custos de se utilizar o mercado, ou a coordenação através do sistema de preços. Outro ponto importante são as três dimensões da transação :a frequência com que ocorrem; o grau e o tipo de incerteza a que estão sujeitas e a especificidade dos ativos, considerada como muito importante para a definição das estruturas de governança.

Preocupada em estudar as relações entre instituições e eficiência, a Nova Economia Institucional (NEI) trabalha com duas vertentes que abordam esses assuntos: o ambiente institucional e as estruturas de governança. O ambiente institucional analisa o papel das instituições investigando os efeitos das mudanças

no ambiente institucional sobre o resultado econômico ou sobre as teorias que criam as instituições, dedicando-se mais especificamente ao estudo das "regras do jogo". No enfoque das estruturas de governança estudam-se as transações com um enfoque nas estruturas de governança que coordenam os agentes econômicos. Esta corrente busca identificar como as diferentes estruturas de governança lidam com os custos de transação, implicando níveis distintos de eficiência (Williamson, 1996).

A nova economia institucional tem nos trabalhos de North, (1990) seu principal representante. North (1990) sugere que a teoria neoclássica deveria incorporar as instituições em seu arcabouço teórico para tornar-se mais realista. O autor questiona os principais postulados da teoria neoclássica de informação completa, da racionalidade dos agentes e de mercados perfeitos. North (1990) argumenta que, se o mundo fosse de racionalidade instrumental, com mercados eficientes no nível econômico e político, em que idéias e ideologias não importassem, as instituições seriam desnecessárias. Mas, o que se observa no mundo real é que as informações são incompletas e os indivíduos têm capacidade mental para processar informações, limitada, o que determina os custos de transação e, por conseguinte, a necessidade de formar instituições.

Para North (1990), as instituições podem ser definidas como sendo as regras que as sociedades impõem para estruturar as relações políticas, econômicas e sociais entre os agentes. Estas instituições podem ser formais (leis, direitos de propriedade) ou informais (crenças, tradições códigos de conduta). Segundo Gala (2003), discutindo North (1990), o crescimento de longo prazo, ou a evolução histórica, de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições.

A fiscalização do cumprimento das instituições é exercida por códigos de conduta auto-impostos, pelas represálias ou por sanções impostas pelo Estado. Assim, as instituições criam e delimitam o ambiente onde ocorrerá a transação e onde as organizações irão atuar. Por isso, Farina et al. (1997) afirmam que o ambiente institucional determinará a composição da estrutura de governança. Dessa forma, as transformações no ambiente institucional podem mudar a estrutura de governança.

Para North (1990) as instituições representaram ao longo da história humana a manutenção da ordem e redução das incertezas nas sociedades. As instituições definem

o conjunto de alternativas e oportunidades em que os agentes econômicos se sujeitam na sociedade.

2.2 CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O enfoque do desenvolvimento econômico como questão teórica passou a ter destaque no século XIX com as flutuações ocorridas neste período, as quais implicaram em aumento da concentração de renda e riqueza com o surgimento de alguns países industrializados, permitindo a clara diferenciação entre países ricos e pobres assim como as disparidades das nações mais industrializadas. Dessa forma, a idéia de desenvolvimento, passa a se relacionar com a questão da distribuição de renda (SOUZA, 2005).

A crise da Bolsa de Nova Iorque de 1929 fez a temática do desemprego ganhar destaque, visto que resulta em problemas sociais. Tal fato tornou premente a ação do Estado com políticas anticíclicas e investimentos diretos para minimizar os impactos negativos da crise. Cada país reage de uma forma, assim como cada setor da economia.

Conforme Souza (2005), nos surtos o produto ou a renda cresce beneficiando os agentes, já nas crises, o produto se reduz lesando com maior intensidade os trabalhadores e as empresas menores. Como os agentes econômicos tem necessidades básicas a serem supridas, desse modo, para que possa ocorrer o desenvolvimento econômico é preciso que haja estabilidade assim como o crescimento precisa ocorrer em dimensão suficiente para atender as necessidades dos agentes econômicos.

Keynes foi importante teórico para o surgimento do termo desenvolvimento econômico. No final da década de 1930 com a aplicação da Contabilidade Nacional, a qual originou-se com a teoria keynesiana, passou a fazer comparações de renda *per capita* entre países para classificá-los como pobres ou ricos em função do valor dessa renda média. Além dessa classificação, outros indicadores até então não utilizados como taxa de analfabetismo, de natalidade e mortalidade infantil, agricultura como atividade principal e insuficiência de capital, possibilitou outro tipo de classificação, a de subdesenvolvimento (SOUZA, 2005).

A teoria macroeconômica de Keynes, depois da Segunda Guerra Mundial, passou a ser fortemente utilizada e com isso percebeu que esta não se adequava para explicar o desenvolvimento, o qual é um fenômeno de longo prazo. Isso é facilmente

explicado, pois a teoria keynesiana tem o foco no curto prazo. Dessa maneira, se viu a necessidade de formular uma Teoria do Desenvolvimento.

De acordo com Veiga (2005) até os anos de 1960 não era necessária distinguir crescimento de desenvolvimento, pois poucos países desenvolvidos haviam se tornado ricos pela industrialização. Veiga (2005) afirma ainda que o forte crescimento econômico durante os anos 50 em países considerados semi-industrializados, entre eles o Brasil, não resultou em maior acesso das populações menos abastadas a serviços, como por exemplo, saúde, educação e cultura, como ocorreram nas nações industrializadas.

Outro fator que corroborou para a necessidade de uma teoria com enfoque no desenvolvimento foi o lançamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para mostrar que existe diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

O conceito de crescimento está mais consolidado que o de desenvolvimento, mas para alguns economistas, como Meade e Solow, tais palavras são sinônimos. Em contraposição, para os economistas keynesianos como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurske, o crescimento é uma condição para o desenvolvimento, mas não a única e suficiente (SOUZA, 2005).

De acordo com Furtado (2004) desenvolvimento “não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.”

A partir do conceito exposto acima, evidencia-se diferença entre desenvolvimento e crescimento, pois a idéia deste último conceito seria a de que com o aumento do produto haveria distribuição melhor da renda entre os donos dos fatores de produção, o que por sua vez melhoraria o padrão de vida e o desenvolvimento.

Isso nem sempre acontece em virtude de alguns fatores, tais como: transferência do excedente de renda para outro país, isso implica em menor capacidade de importação e de fazer inversões além de favorecer a concentração de renda e riqueza por parte dos

que detém o excedente; salários baixos são um entrave para o setor que produz alimentos e bens de consumo em massa, pois dessa forma não fomenta o mercado interno; e por fim a dificuldade de inserção de atividades interligadas as empresas com maior crescimento. Este último fator pode estar ligado a fatores institucionais para que tal interligação possa fluir da melhor forma.

A outra linha dos economistas que tratam o crescimento como desenvolvimento, consideram apenas a variação do produto, ao passo que o desenvolvimento abarca questões qualitativas, tais como: melhoria na qualidade de vida, das instituições e das estruturas produtivas.

A mudança estrutural envolve mudanças econômicas, sociais, políticas e institucionais, além de melhoria na produtividade e renda média. Por esta abordagem, analisa-se as interligações entre os setores produtivos e busca-se a constante melhora das estruturas para que seja minimizado os gargalos do desenvolvimento.

2.2.1 Desenvolvimento Local

Na literatura, o conceito de desenvolvimento local tem sido discutido a partir dos anos 1970. No lugar da expressão desenvolvimento local, encontra-se também os seguintes sinônimos: desenvolvimento endógeno, desenvolvimento territorial, desenvolvimento “por baixo” ou ainda desenvolvimento comunitário (BENKO, 1998).

Desenvolvimento local é visto como um processo endógeno em territórios e agrupamentos humanos com a qualidade de fomentar a economia assim como a melhora na qualidade de vida da população de determinada região (BUARQUE, 1999).

Nesta ótica, nota-se a importância dada ao território, pois é a partir dele que se visualizam as dinâmicas econômicas e sociais, as quais tem origem nas relações formais e informais entre os agentes locais.

Dessa forma, aspectos históricos, culturais e sócio-econômicos são fatores que devem ser considerados em função da relevância para se explicar os vários caminhos de desenvolvimento existentes. Sendo assim, a região torna-se um ambiente que pode ser favorável ou não para a criação de externalidades e não mais como fonte de custo.

O território ou a região passa a ser visto além de um espaço de encontro entre os agentes do desenvolvimento em que se organiza a produção, torna-se importante para

o surgimento de novas tecnologias ou atividades, como por exemplo o caso americano do *Silicon Valey*.

O desenvolvimento local, apesar de ter como uma das principais características a endogeneidade, esta inserido em um escopo mais amplo, com o qual interage recebendo influências tanto positivas quanto negativas. Considerando a existência da globalização e constante mudança, o desenvolvimento local pode redefinir oportunidades ou ameaças via integração econômica com espaços regionais ou nacionais (BUARQUE; BEZERRA, 1994).

Outro ponto relevante do desenvolvimento local é a presença ativa dos agentes locais. Quando decisões externas, sejam elas políticas ou econômicas, são decisivas na formatação socioeconômica da localidade se faz premente, dentro da lógica do desenvolvimento local, a atuação dos atores locais em prol de um projeto coletivo. Caso isso não ocorra, as mudanças exógenas não terão efeito visto que não foram internalizadas pelos agentes (BUARQUE, 1999).

Conforme Castels e Borja (1996), o desenvolvimento local é “o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade.”

Para que haja melhorias no sentido do desenvolvimento endógeno, se faz necessário a existência de um ambiente político e social favorável que se materialize na atuação dos agentes locais focadas em questões prioritárias para o desenvolvimento.

2.2.2 Desenvolvimento Rural

A revolução verde trouxe um novo padrão tecnológico para a agricultura. Onde foi implantado esse novo modelo notou-se alterações na organização dessa atividade. As famílias rurais passaram a trabalhar na ótica da racionalidade produtiva, além de terem suas vidas sociais gradativamente mercantilizadas (NAVARRO, 2001).

O mundo rural passou a ser mais uma parte dependente de todo o processo, sendo por sua vez subordinada aos novos interesses e formas de vida. O período que compreende os anos de 1950 e 1975 é visto como um ponto de mudança para as atividades agrícolas, sendo que após este período o mundo rural se apresentaria com uma nova roupagem (NAVARRO, 2001).

Dessa forma, neste período, a principal característica do desenvolvimento rural estava em conformidade com a conjuntura da época, ou seja, um período de modernização que também orientava ações em nome do desenvolvimento rural. Nos anos 90, ressurgem as discussões a cerca do desenvolvimento e do desenvolvimento rural, mas com tendências diferentes.

Numa primeira fase, tem-se a abertura dos mercados, o que por sua vez intensifica a competitividade em virtude da presença das cadeias agroalimentares que tem poder sobre a produção e a comercialização.

Na sequência, ocorreram mudanças nos processos de produção pós-fordistas que levou a minimização das diferenças setoriais e espaciais (SHNEIDER, 2004). Com isso, ainda de acordo com esse autor, o mundo rural passa a ser mais que o lugar onde se produz, e passa a abarcar outras formas de obtenção de renda via atividades não agrícolas de forma favorecendo a fixação das novas gerações no campo, ou seja, os filhos não precisam mais recorrer a cidade em busca de emprego.

Outra mudança esta no papel do Estado e das instituições ligadas a atividade agrícola. O centralismo cede espaço para a parceria e a participação mais ativa da sociedade, fazendo com que os atores locais tenham mais destaque (SHNEIDER, 2004).

Essas transformações, tanto no âmbito da produção, comercialização, institucional e social, fazem com que seja necessário redefinir a abordagem para se definir o desenvolvimento rural. Shneider (2004) e Navarro (2001) mostram em seus textos a dificuldade de chegar em um conceito consolidado de desenvolvimento rural. Um dos motivos é ser um assunto que o debate teórico é relativamente novo e por isso a indefinição.

Há teóricos que abordam o desenvolvimento rural com ênfase em países em desenvolvimento como Ellis e Bigg (2001), e o foco dado é para as estratégias de sobrevivência das famílias e novos modos de vida rural. Dessa forma, enfatiza que novas possibilidades para geração de renda estão presentes nas próprias regiões em que vivem. Sendo assim, o desenvolvimento rural esta relacionado ações que objetivam amenizar a pobreza nas áreas rurais, além de incitar a participação dos agentes locais para tornarem-se capazes de definir e atingir objetivos para mudança.

Visto de outra forma, o desenvolvimento rural pode ser definido como uma busca por reestruturação econômica, social, ambiental e das famílias, diante das limitações do modelo produtivista (PLOEG, 2000).

Há porém uma convergência entre esses dois autores, visto que ambos tratam o desenvolvimento rural como uma forma estratégica de sobrevivência das famílias rurais, pois neste contexto, o produtor rural teria maior autonomia para tomar as suas decisões sem ficar preso como ocorre no modelo agricultor-empresário.

De acordo com Shneider (2004), os pesquisadores brasileiros que tem maior destaque na temática do desenvolvimento rural são Veiga e Navarro. O primeiro centraliza as questões ambientais e territoriais do desenvolvimento rural, enquanto o segundo liga o desenvolvimento rural com as inquietações sociais decorrente das mudanças ocorridas na sociedade e na economia.

Veiga (1998) define desenvolvimento como um conjunto de processos que permite a economia crescer e ao mesmo tempo diminuir as desigualdades sociais e preservar o meio ambiente. Teoricamente, é um pensamento interessante, mas de difícil visualização prática como relata Shneider (2004) acerca deste conceito.

Em trabalhos mais recentes, Veiga (2001), não faz uma definição precisa do que realmente é desenvolvimento rural. Traça apenas algumas características ligadas a esta questão, tais como: fortalecimento da agricultura familiar, diversificação da economia, estímulo ao empreendedorismo e incentivos do Estado.

O segundo autor citado como referencia para a temática do desenvolvimento rural é Navarro (2001), o qual faz uma distinção entre alguns tipos de expressões que remete a este assunto.

A primeira locução que define é a chamada de desenvolvimento agrícola, a qual se refere apenas as condições de produção, ou seja, engloba itens como área plantada, produtividade e uso de tecnologias.

Outra denominação correspondente é o desenvolvimento agrário, que “refere-se a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, então apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo” (NAVARRO, 2001, p.4)

Neste foco, as questões concernentes a produção é uma parte do que se estuda sob o enfoque do desenvolvimento agrário. Mas a análise é desenvolvida baseada nas políticas existentes no período, uso e acesso a terra e nas relações de trabalho, assim como nos conflitos sociais.

A terceira expressão é a chamada de desenvolvimento rural, o qual se diferencia das outras duas locuções por ser “ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural” ((NAVARRO, 2001, p.6).

Partindo desta definição, o Estado tem um papel fundamental, pois esta instituição possui legitimidade política para propor ações que geram mudanças sociais. Desse modo, para se analisar o desenvolvimento rural, pela ótica de Navarro (2001), deve-se fazer análises dos programas do Estado e dessa forma implantar estratégia específica para o desenvolvimento rural.

Para este teórico, essa temática do desenvolvimento rural esta ligada ao uso prático e normativo, com o fim de encontrar as melhores estratégias e ações do Estado para que possam melhorar a vida no mundo rural.

Percebe-se que apesar de ter uso comum, o termo desenvolvimento rural pode ser definido por diferentes enfoques. Mas neste trabalho a idéia adotada de desenvolvimento rural será a que envolve as ações do Estado que promove a integração entre os agentes locais assim como mudanças socioeconômicas no espaço rural ao longo do tempo. Isso se justifica pelo fato de que o desenvolvimento rural é um processo evolutivo e de interação no que diz respeito aos resultados (SHNEIDER, 2004).

2.2.3 Desenvolvimento e Instituições

A conjunção das teorias institucionalistas denominadas “velhas” e de desenvolvimento, apoiadas pelo conceito de arranjo produtivo local, proporcionam um aporte analítico para mostrar que as análises das realidades nacionais e regionais possuem suas especificidades. Ou seja, mostra-se teoricamente que as trajetórias de desenvolvimento de cada lugar são diferenciadas.

Como cada país ou localidade possuem fatores específicos de cunho social, econômico, político e cultural e por isso os rumos do desenvolvimento para cada lugar será único. Essas características intrínsecas “influem na constituição de uma rede institucional, estabelecendo formas específicas e locais do padrão” (CONCEIÇÃO, 2002, p.179). Desta forma, torna-se difícil tecer comparações entre a trajetória de desenvolvimento de cada lugar.

Sendo assim, esse modelo evolutivo para se estudar o desenvolvimento torna-se uma alternativa ao modelo metodológico hegemônico da ortodoxia econômica. A vertente evolucionista centra-se no desenvolvimento de rotinas e por isso o uso do *path dependence* como um processo histórico, com vistas a adiantar comportamentos possíveis dos agentes econômicos (AREND e CARIO, 2004).

Então, o desenvolvimento está atrelado ao arranjo e a interdependência existente entre as instituições e a sua evolução ao longo do tempo. Como há características próprias de cada localidade ou país, não se pode simplesmente copiar um arranjo institucional de regiões que apresentam bom desempenho econômico. A aprendizagem é local e de acordo com os processos históricos regionais.

A Figura 3 mostra o processo de desenvolvimento e expressa a importância da cooperação entre os agentes de determinado conjunto institucional.

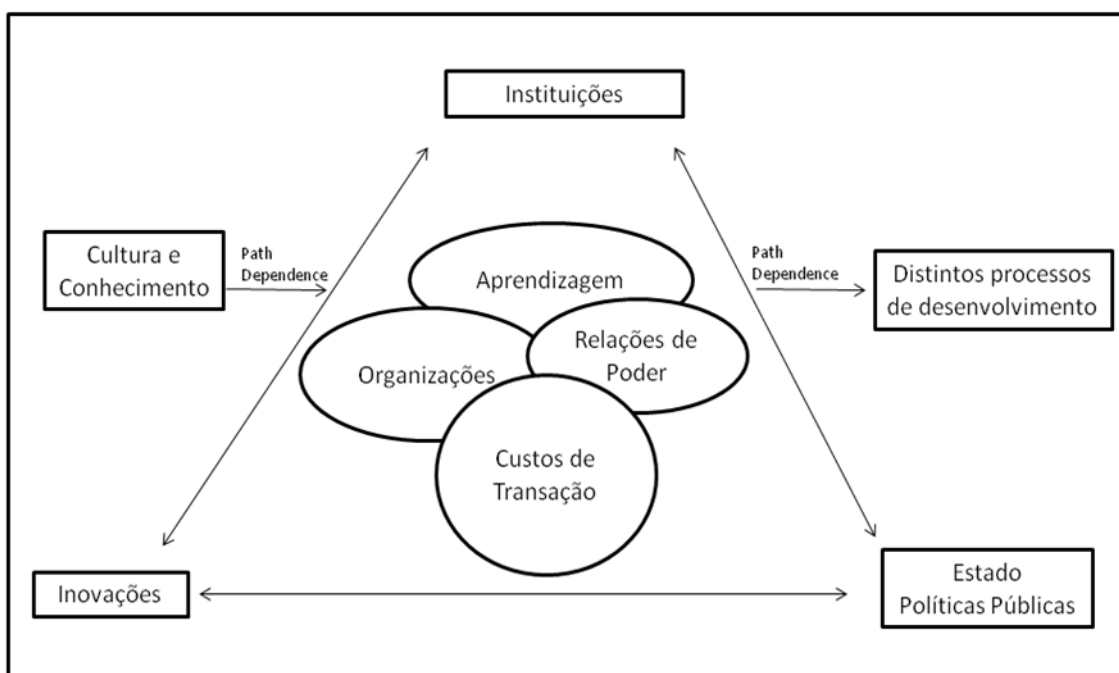


Figura 3 - Relação teórica entre Instituições e Desenvolvimento
Fonte: Adaptada de Arend e Cário (2004)

Partindo-se de um acúmulo de conhecimento e cultura, o desenvolvimento passa a depender dos processos de aprendizagem local assim como do comportamento das firmas e de relações de poder. Ademais, está ligado também aos custos de transação e transformação. Estas variáveis, além de estarem inter-relacionadas influenciam todas do processo de desenvolvimento.

Nessa evolução é que as instituições, as inovações e as políticas influenciam o desenvolvimento econômico, acarretando com que este fenômeno seja particular e local. Nota-se então que este não é um processo linear, mas sim de uma interação de vários direcionamentos entre as variáveis.

3. MÉTODO

O conhecimento científico é resultado da investigação científica que ocorre via métodos, que pode ser demonstrado e comprovado. Em virtude disso, possui a característica de ser provisório, uma vez que pode ser testado, enriquecido e reformulado (VERGARA, 2006).

Além disso, a cientificidade do conhecimento esta na constante busca de articulação de uma teoria com a realidade empírica, neste trabalho busca-se unir a teoria institucionalista com a produção de uva de mesa da região de Jales – SP. Para que isso ocorra é necessário um método, o qual é o meio condutor de tal conexão por ter um papel instrumental (MINAYO, 1994).

Para estudar o ambiente institucional e seus reflexos no desenvolvimento rural utilizou-se o método indutivo, o qual é um processo mental que parte de dados particulares, suficientemente constatados, não contidos nas partes examinadas para se chegar a conclusões mais abrangentes que as premissas. O objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que as premissas nas quais se basearam (VIEIRA; ZOUAIN, 2004).

As etapas que este método compreende são: a de observação da realidade ou do ambiente em estudo, o estabelecimento de hipótese, a experimentação para observar a reação de causa-efeito da hipótese, a comparação para fazer a classificação e análise dos dados obtidos com a pesquisa, a abstração, ou seja, a verificação de pontos de acordo ou de desacordo com os dados recolhidos e a generalização, a qual consiste em estender a outros casos, semelhantes, um conceito obtido com base nos dados observados.

Para melhor compreender as etapas deste tipo de método Creswell (2007) montou um quadro mostrando a lógica indutiva em um estudo qualitativo, conforme mostra a Figura 4.

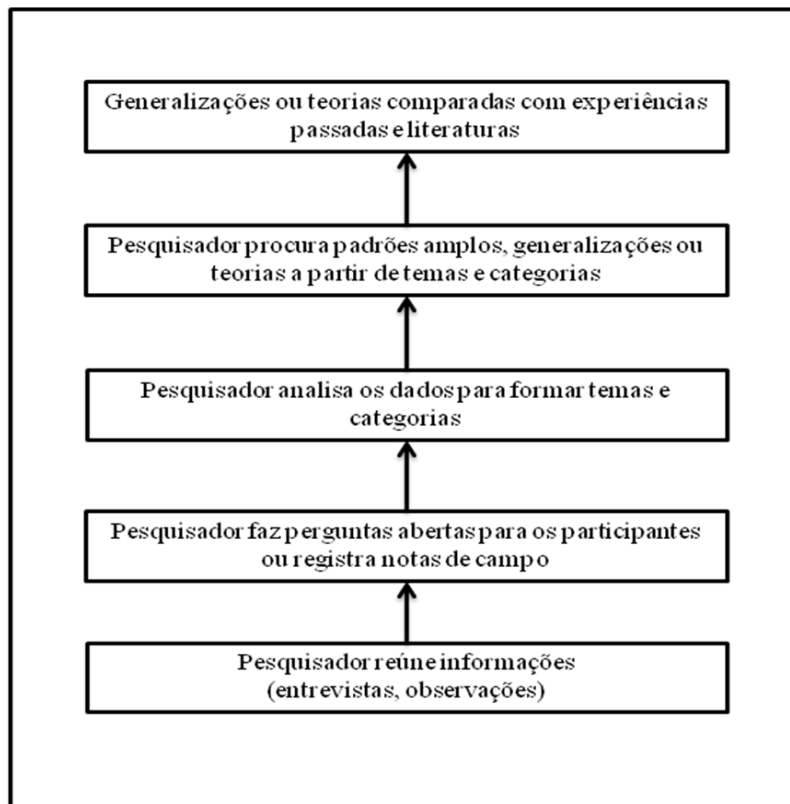


Figura 4: Lógica indutiva num estudo qualitativo
 Fonte: Creswell, 2007, p. 137

A principal característica do método indutivo é que o início da pesquisa parte de dados de uma situação específica para poder fazer generalizações. Conforme mostrado na Figura 4, o pesquisador inicia o processo de pesquisa reunindo informações e as classifica, ou por tema ou por categoria. A partir disso desenvolvem-se as teorias ou as generalizações as quais são comparadas com a teoria ou com casos semelhantes.

Como método de procedimento utiliza-se o que se denomina por estudo de caso. Este é definido como: “uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao se investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto de vida-real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas” (YIN, 1989).

Cabe ressaltar que o estudo de caso, não é utilizado apenas para estudar um único caso individual, mas também para o estudo de um conjunto, como no caso desta pesquisa, o conjunto dos produtores de uva de mesa na região de Jales – SP (FIGUEIREDO, 2007). A amostragem, então, ocorreu de forma não probabilística ou intencional, ou seja, esse tipo de amostra indica que o pesquisador busca opinião de

elementos específicos do seu objeto de pesquisa, de forma que a escolha dos viticultores e representantes institucionais a serem entrevistados permitirão responder as indagações da pesquisa.

Corroborando com esta idéia, Collis e Hussey (2005) explica que com o estudo de caso o pesquisador tem como ponto central no estudo o entendimento da dinâmica existente dentro de um ambiente. Essa conceituação deixa claro que o estudo de caso está em concordância com o problema de pesquisa proposto, que gravita na dinâmica institucional da região produtora de uva de mesa de Jales e os impactos no desenvolvimento rural.

Scapens (1990) apresenta quatro tipologias de estudo de caso, que são: os descritivos, ilustrativos, experimentais e os explanatórios. O presente trabalho se enquadra em um estudo de caso explanatório visto que neste tipo é utilizado uma teoria existente com a finalidade de entender e explicar um fenômeno.

Para definir como o modo coleta de dados e técnica de análise foi necessário utilizar uma das duas possíveis abordagens de pesquisa, que são a pesquisa qualitativa e a quantitativa. Como a natureza do trabalho é qualitativo, então foi utilizado técnicas de documentação direta e indireta e a observação direta intensiva.

A técnica de documentação indireta é a busca de dados de fontes diversas para formar um banco de dados iniciais com o objetivo de trazer conhecimento do assunto e evitar duplicação de estudo. Pode ser chamada também de pesquisa bibliográfica, pois as fontes são revistas especializadas do setor, periódicos, dissertações e teses. Sendo assim, tal levantamento permite um conhecimento mais aprofundado do assunto levando a confecção de um questionário para entrevistas melhor elaborado e direcionado para o que se pretende responder com o estudo.

Diferentemente da documentação indireta, a direta é realizada *in locu*, ou seja, no local em que o fenômeno estudado ocorre. Para tanto, pode-se proceder de duas formas, através de pesquisa de campo ou de laboratório. Nesta pesquisa é utilizada a pesquisa de campo do tipo exploratória, ou seja, tem o objetivo de: desenvolver hipóteses, ampliar a familiaridade do pesquisador com o fenômeno em estudo e tornar mais claro conceitos.

Para atender estes requisitos são necessários algumas técnicas de coleta de dados, as quais são: observação direta intensiva e extensiva. A primeira trata da observação, a qual é denominada não participante, ou seja, o pesquisador tem contato com a realidade ou fenômeno mas não participa ativamente, é um expectador. Ainda na técnica intensiva estão as entrevistas, as quais foram padronizadas ou estruturadas, para que os entrevistados respondessem as mesmas perguntas de forma a permitir comparação das respostas. Sendo que as diferenças que surgirem são em função dos respondentes e não das perguntas.

A observação extensiva engloba os questionários, sendo que estes são respondidos pelos entrevistados por escrito sem a presença do entrevistador. Como isso não foi feito, utilizou-se apenas a observação direta intensiva baseada em entrevistas e não em questionários.

A vantagem da pesquisa qualitativa é que o ambiente é a fonte de dados e o pesquisador é a ligação entre este ambiente e o problema proposto à investigação. As características marcantes são a diversidade e a flexibilidade proporcionada por esta abordagem, uma vez que a pesquisa quantitativa se caracteriza por ser mais rígida em função dos modelos estatísticos usados nos tratamentos dos dados (BRYMAN, 1989).

A pesquisa qualitativa reúne um conjunto de técnicas de interpretação diferentes que tem por objetivo descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996). O objetivo deste tipo de abordagem é expressar o sentido dos fenômenos do mundo social e traduzi-los, assim como diminuir a distância entre a teoria e os dados (MAANEN, 1979).

De acordo com Vieira e Zouain (2004) a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes vantagens:

[...] a pesquisa qualitativa, geralmente, oferece descrições ricas e bem fundamentadas, além de explicações sobre processos em contextos locais identificáveis. Além disso, ela ajuda o pesquisador a avançar em relação às concepções iniciais ou a revisar sua estrutura teórica. Mesmo tendo uma natureza mais subjetiva, a pesquisa qualitativa oferece um maior grau de flexibilidade ao pesquisador para a adequação da estrutura teórica ao estudo do fenômeno administrativo e organizacional que deseja.

A opção pelo método qualitativo se deu em virtude dessas características e pelo fato de oferecer possibilidade de uma interpretação mais detalhada e fiel da realidade das instituições presentes na região de Jales.

As entrevistas direcionadas para as instituições tiveram as seguintes variáveis:

- 1) Assistência técnica, Extensão e Pesquisa;
- 2) Meio Ambiente
- 3) Linhas de Financiamento
- 4) Força de Trabalho

Dessa forma busca-se analisar as questões de infra-estrutura, as linhas de crédito existentes para viticultura, políticas voltadas para o desenvolvimento da viticultura e analisar leis ligadas a questões ambientais e de fitossanidade.

As entrevistas foram feitas nas seguintes instituições: EMBRAPA, CATI, Secretaria Municipal de Agricultura, Banco do Brasil, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Patronal e Engenheiro Agrônomo que desenvolveu pesquisas sobre a produção de uva na região em estudo, Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales.

As pesquisas de campo ocorreram em duas fases, a primeira em abril de 2008 para realização das entrevistas. Nesta fase, foi necessário permanecer no município de Jales por cinco dias. O grupo de entrevistadores nesta fase foi composto de pesquisadores da UFMS, sendo três professores, dois alunos do Mestrado em Administração e quatro do curso de graduação em Administração e uma de Ciências Econômicas.

A segunda visita ocorreu em maio de 2009 com o objetivo de entrevistar os produtores de uva e instituições como a CredCitrus, o banco Nossa Caixa e foi realizada nova entrevista no Banco do Brasil. Compôs o grupo de pesquisadores, esta autora, aluna do Mestrado em Administração e dois acadêmicos do curso de Ciências Econômicas, os quais permaneceram por 3 dias no município de Jales.

Para os produtores, a entrevista focou em três itens:

- 1) Produção - trata das especificidades de produção para cada tipo de cultivar, do uso de agrotóxicos e motivos de perdas

- 2) Comercialização - buscou-se saber sobre os riscos nesta etapa, se há confiança entre os agentes envolvidos.
- 3) Instituição - objetivou captar a percepção dos produtores sobre a atuação das instituições na produção de uva de mesa.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa, a amostra para esta parte da pesquisa foi intencional, visto que o objetivo era observar a percepção dos produtores sobre a produção e atuação de agentes institucionais. Sendo assim, foram entrevistados 8 unidades produtivas com diferentes portes de produção. Essas entrevistas foram feitas na segunda viagem realizada para o local de estudo, pois após fazer a tabulação dos dados obtidos na primeira pesquisa realizada nas instituições, sentiu-se a necessidade de saber como as instituições eram vistas pelos produtores.

As informações obtidas nas entrevistas com representantes institucionais possibilitarão entender o funcionamento e o relacionamento das instituições com os produtores de uva. A transposição das conclusões obtidas das instituições ligadas a produção de uva de mesa na região Noroeste de São Paulo para outras de mesma espécie, confirma a escolha adequada do método indutivo.

De acordo com Vieira e Zouain (2004), as bases técnicas podem ser de três tipos, quais sejam, método observacional, comparativo e estatístico. Neste estudo será utilizado o observacional, visto que a natureza dos dados é qualitativa e que não será feita comparação entre semelhanças e diferenças entre ambientes. Esse procedimento possibilitará observar ao longo do tempo a evolução institucional e como isso moldou ou influenciou a produção da uva de mesa.

Em função da natureza qualitativa da pesquisa e de seus dados, a forma de se analisar deve se adequar a este tipo de informação. Para tanto, será utilizado um método qualitativo denominado Mapas Cognitivos.

De acordo com Collis e Hussey (2005) os mapas cognitivos podem ser utilizados quando se deseja estruturar, analisar e entender problemas e após feito isso, consegue-se tomar decisões acertadas de que tipo de ação deve ser feita para minimizar ou resolver problemas.

Acrescentando ao que os autores acima dizem, Vergara (2006) fala que o mapeamento cognitivo é uma representação gráfica que localizam pessoas em relação

ao seus ambientes de informação. Transpondo isso para o objeto deste trabalho, o mapa cognitivo localiza o pesquisador no ambiente da produção de uva de mesa e seu respectivo arranjo institucional.

Vergara (2006) define três tipos de mapas cognitivos, sendo: os de identidade, os de categorização e os causais. O tipo utilizado neste trabalho será o último, o mapa cognitivo causal, pois este revela a causalidade e a dinâmica do sistema e argumentação.

Para elaborar os mapas cognitivos utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo, que segundo Vergara (2006) é utilizada para o tratamento de dados com o intuito de identificar as percepções do entrevistado sobre determinado tema. Sendo assim, o objetivo maior da Análise de Conteúdo é organizar os dados qualitativos para facilitar a montagem do mapa cognitivo e a posterior interpretação das informações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta parte da dissertação tratará dos resultados da pesquisa. Na primeira parte será feita uma breve caracterização da produção de uva de mesa no Brasil, focando nos maiores Estados produtores. Na seqüência serão mostradas informações a respeito da viticultura de mesa no Estado de São Paulo com maior direcionamento para a região do município de Jales – SP. Em seguida é feita a análise do ambiente institucional sob o enfoque teórico visto na seção anterior.

4.1 A VITICULTURA NO BRASIL

A produção de uva no Brasil se apresenta como uma atividade agrícola em crescimento da quantidade produzida. De acordo com dados do IBGE, desde 1998 a produção tem aumentado, apresentando pequenas variações em alguns anos. A Figura 4 mostra a evolução da produção de uva entre os anos de 1998 e 2008.

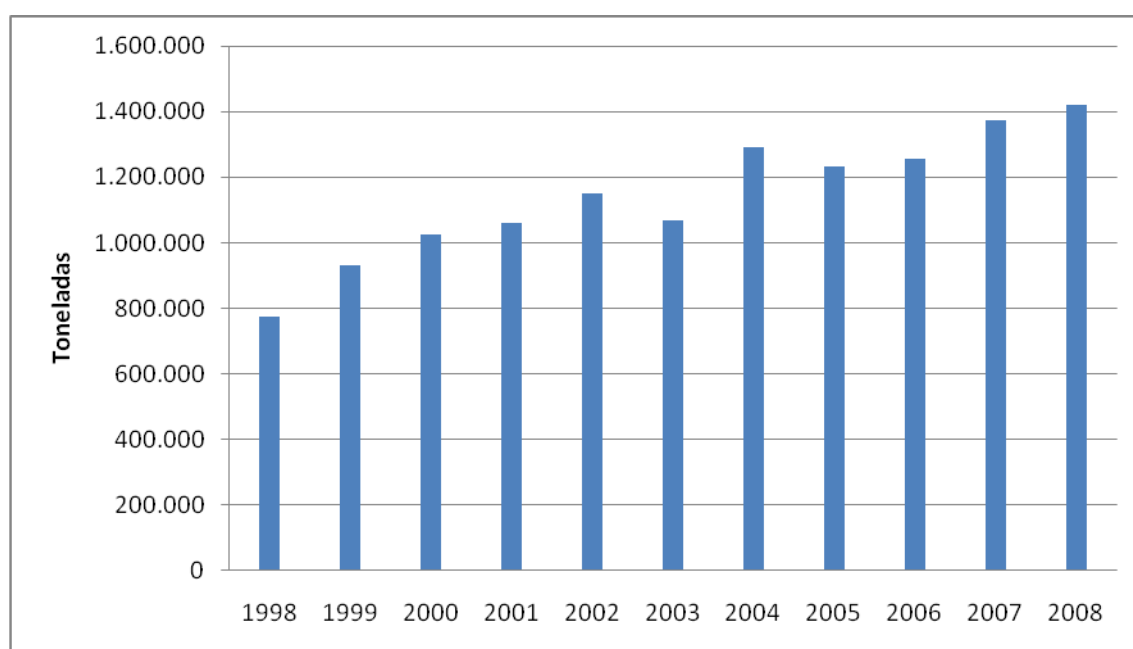


Figura 1 Produção brasileira de uvas entre os anos 1998 e 2008
Fonte: SIDRA/IBGE, 2008

Conforme mostra figura acima, os anos de 2003 e 2005 tiveram a produção reduzida, mas apesar disso, a área plantada de uva tem aumentado a cada ano. Entre 1998 e 2008 houve um crescimento de 33,04% de área destinada ao cultivo.

A produção de uva esta dividida em três grandes regiões, que são: Rio Grande do Sul (RS), São Paulo(SP) e o Pólo Petrolina/Juazeiro. O RS apresenta a maior área cultivada com destino para a produção de vinhos e sucos. Já a região de São Paulo produz uva de mesa, e a região do nordeste tem o foco na produção para exportação, ou seja, comércio internacional. Outros estados também se destacam na produção de uva, como Bahia e Paraná. A Figura 5 mostra a evolução da produção destes estados em um período de 10 anos.

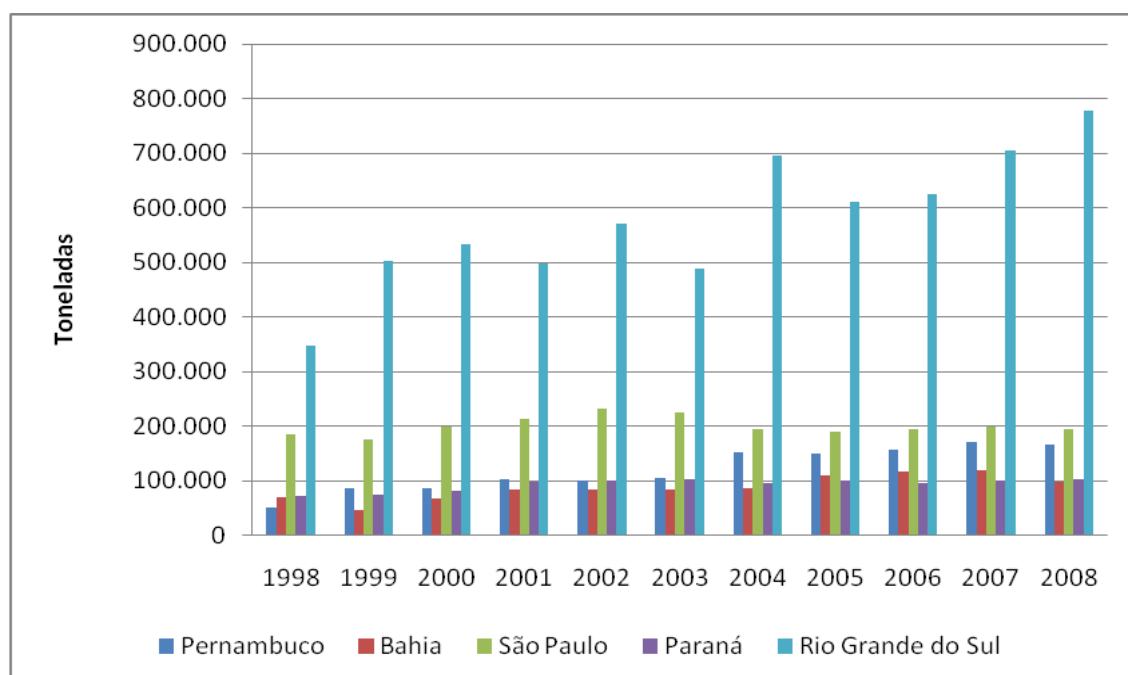


Figura 2 Maiores Estados produtores de uva no Brasil entre 1998 e 2008.

Fonte: SIDRA/IBGE, 2009

Os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, respondem em média por 50% e 18% da produção nacional respectivamente. Já os estados da Bahia, Paraná e Pernambuco representam em média 10% da produção nacional.

Tabela 1 Evolução da área Plantada de Uva nos principais Estados produtores, em hectares

Estado/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BA	2.238	2.768	2.732	3.356	3.407	3.685	3.938	4.096	4.376
PR	5.758	6.168	6.407	5.652	5.817	5.603	5.657	5.700	5.800
PE	2.946	3.735	3.365	3.423	4.704	4.872	5.111	5.673	6.973
RS	34.156	34.682	36.681	38.533	40.351	42.450	44.298	45.379	47.206
SP	10.425	11.128	12.153	12.397	11.990	10.906	10.414	11.112	10.565

Fonte: SIDRA/IBGE, 2009

O comportamento da área plantada segue o mesmo da quantidade produzida, sendo os que os estados que mais se destacam são Rio Grande do Sul e São Paulo. Mas dentre estes, Pernambuco apresentou a maior variação na área cultivada com crescimento de 136,69%, na seqüência, Rio Grande do Sul com 38,21%. Apesar da menor taxa de crescimento, o RS é o Estado com maior área destinada à produção de uva. Observam-se pequenas variações na área cultivada em São Paulo, indicando que a atividade, no período analisado não está expandindo como a região do nordeste e do sul.

Relacionando a produção com a área tem-se produtividade dos principais estados produtores de uva no Brasil. Conforme a Tabela 2 verifica-se que os estados do nordeste, Bahia e Pernambuco apresentam os melhores indicadores. Isso pode ser explicado fatores climáticos, direcionamento da produção e tipo de cultivar.

Tabela 2 Produtividade de uva nos maiores Estados produtores

Estado/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
BA	30,51	30,47	30,50	24,94	25,22	29,69	29,74	29,20	22,28
PR	13,96	15,78	15,47	18,22	16,62	17,71	16,86	17,40	17,50
PE	29,22	27,35	29,71	30,53	32,33	30,96	30,48	30,02	23,67
RS	15,59	14,37	15,54	12,69	17,26	14,41	14,08	15,52	16,46
SP	18,99	19,17	19,07	18,11	16,12	17,48	18,76	17,83	18,32

Fonte: SIDRA/IBGE, 2009

A região conhecida como Vale do São Francisco é marcada pela produção denominada patronal, caracterizada por grupos empresariais nacionais e internacionais produzindo em grandes áreas. O interesse pela região se deu por incentivos governamentais, clima com altas temperaturas, sem presença de geadas e solos ricos. Tais fatores ajudam a explicar a alta produtividade da região (CORRÊA e BOLIANI, 2000).

Observa-se da Tabela 2 que o Estado de São Paulo se mostra mais produtivo que o Rio Grande do Sul, indicando melhores condições para o cultivo. Mas o tipo de uva cultivada influencia neste indicador, visto que o tipo Niágara apresenta alta produtividade, a qual é uma variedade expressiva na produção de SP.

4.1.2 A Região de Jales no Estado de São Paulo e a Produção de Uva de Mesa

O Estado de São Paulo foi subdividido, no final dos anos 90, em Escritórios de Desenvolvimento Regionais Agrícolas – CATI (EDR) pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Determinou-se 40 EDRs presentes em várias partes do referido Estado, conforme Figura 6, sendo que a região de Jales que esta localizada no Noroeste de SP é denominada EDR- Jales composto por 22 municípios¹.



Figura 3 Divisão do Estado de São Paulo em EDRs

Fonte: CATI, 2010

A região Noroeste de São Paulo tem na agropecuária a base econômica, Tarsitano (2001) e Tondato (2006) confirmam que a agricultura e a bovinocultura são atividades expressivas, mas a viticultura possui papel de destaque na economia da região.

Um fator relevante para o desenvolvimento da atividade na região é a característica da estrutura fundiária. O EDR – Jales se caracteriza por propriedades de pequeno e médio porte. O Levantamento Censitário das Unidades de Produção

¹ Aparecida D'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) de 2007/08 revelou que 87,5% das propriedades possuem área entre 2,5 e 50 hectares. As propriedades com 10 e 20 hectares perfazem 27,01% do total, não existe na região unidades com 5.000 e 10.000 hectares.

Entre o LUPA de 1992 e o de 2008 observou-se aumento de 50,78% e 30,78% das unidades produtivas com 2,5 hectares e 5,10 respectivamente, ao passo que as propriedades maiores, o aumento foi menor, porém positivo.

A predominância de pequenas e médias propriedades originou-se do processo de colonização da região. Conforme Nardoque (2002) pessoas foram direcionadas para a região de fronteira e associado a isso, o sonho de trabalhadores sem terra de serem proprietários de terras povoou a região. Concomitante a esse processo, um loteador importante na fundação da cidade de Jales, Euphly Jales, dividiu as suas terras a partir de 1940, obtidas por grilagem ou compra, para fins especulativos, dessa forma, foi moldada a estrutura fundiária em pequenas propriedades desde o início do povoamento da região.

A conformação da estrutura fundiária, baseada em pequenas propriedades, esta ligada ao trabalho familiar, com eventual contratação de mão-de-obra em períodos de colheita. Essas duas características, estrutura da terra e força de trabalho familiar, somada a características edafoclimáticas da região favoreceu o cultivo de uva, atividade intensa em mão-de-obra e que não necessita de grandes áreas para ser rentável, como a cultura de pomares por exemplo.

A atividade econômica de destaque na região foi a cafeicultura, a qual passou por grave crise nos anos 80 decorrente de instabilidades climáticas, como geadas, retração do consumo mundial, baixa qualidade do café brasileiro e grandes estoques mundiais, levaram os produtores a diversificar a produção. A opção escolhida foi a fruticultura com destaque para citricultura. Então, como já havia uvas plantadas nessa região, os produtores direcionaram a atividade agrícola para a viticultura (PELINSON, 2000).

A produção de uva iniciou na região de Jales no ano de 1965 com o Sr. Massaharu Nagata utilizando porta enxerto do cultivar 420 – A trazido de Mogi das Cruzes. Em 1966, iniciou a produção da uva do tipo Itália com o modo de produção de origem, mas, em função das características locais, adaptações no modo de produção foram sendo feitas. Em 1970 haviam dois produtores de uva, em 1990 haviam 350

viticultores produzindo uva Itália, aumentando de 500 para 102.690 pés em produção (TARSITANO, 2001).

No censo 1995/96 realizado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) as principais frutas produzidas foram: laranja, limão e uva. Havia 1.046 unidades produtivas (UPA) de uva ocupando uma área de 1.015,80 hectares.

No recente recenseamento realizado pela mesma instituição para a safra de 2007/08 observa-se pouco crescimento do número de UPA para a laranja, o limão apresentou queda 42,08%, assim como a uva, pois entre os dois censos, o número de UPAs para uva caiu em 36,52%, podendo ser explicada por mudança de cultura ou de atividade.

Apesar da variação do número de produtores ter sido expressiva, a área destinada a viticultura caiu apenas 7,18%, indicando uma possível concentração da atividade. No auge da atividade, em 1990, havia médicos, engenheiros e advogados produzindo uva, mas com o passar do pico de produção esses produtores urbanos deixaram a atividade, permanecendo os que tinham histórico familiar na produção de uvas, o que explica a queda de mais de 30% do número de UPAs de uva.

No EDR – Jales algumas cidades se destacam na produção de uva, como Jales, Urânia e Palmeira do Oeste. As duas primeiras cidades citadas possuem produção expressiva tanto de uvas rústicas quanto uvas finas. Já Palmeira do Oeste se sobressai na no cultivo de uvas finas, a Figura 7 mostra a distribuição dos tipos de uvas na região Noroeste.

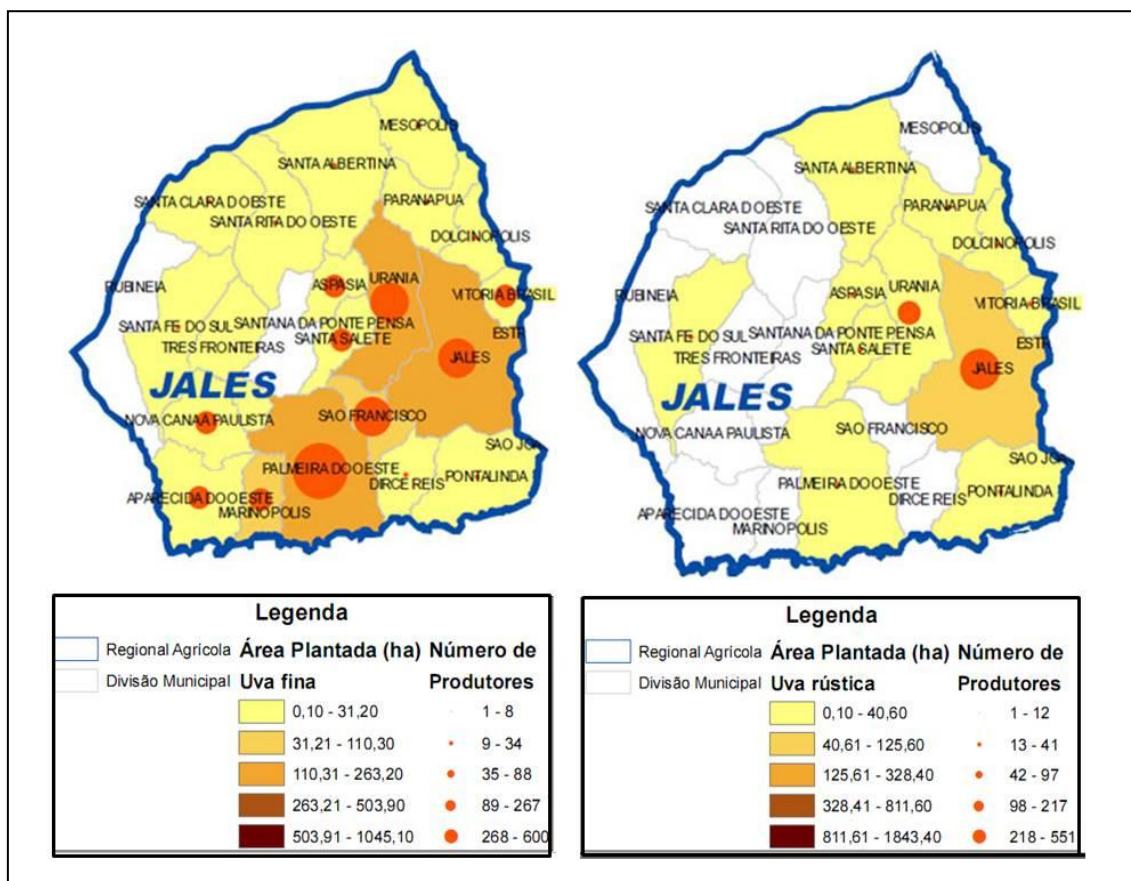


Figura 4 Disposição da produção de Uvas Finas e Rústicas no EDR-Jales-SP.
Fonte: LUPA/CATI 2007/2008, 2009

De acordo com dados do SIDRA/IBGE, para o ano de 2008, o EDR – Jales foi responsável por 72,98% da produção total de uva de mesa do Estado de São Paulo. Dentro da microrregião, o município de Palmeira do Oeste produz 32,41% do total do Estado, seguido da cidade de Jales com 25,35% e Urânia com 15,21%.

A cidade de Palmeira do Oeste e Urânia possuem mais hectares destinados para as uvas finas, ao passo que Jales tende ao equilíbrio, visto que conforme LUPA (2008) 110,6 ha são utilizados para uvas rústicas e 138,5 para as finas.

A safra dessa região ocorre em um período estratégico, fato que permite colocar no mercado produto em um período de entressafra, a Figura 8 mostra como esta distribuído no Brasil as safras dos principais locais produtores.

Regiões		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reg. Central do Paraná													
Reg. Marialva (PR)													
Reg. Jundiá (SP)													
Reg. São Miguel Arcanjo (SP)													
Reg. Jales (SP)													
Vale do São Francisco (BA e PE)	Mercado Interno												
	Mercado Externo												
	Mercosul												

Figura 5 Períodos de oferta de uvas nas regiões do Brasil

Fonte: Adaptado de Gonçalves, 2008

A oferta de uvas abrange todos os meses do ano. Pela Figura 8 observa-se que a região de Jales – SP colhe uva em um período que só o Vale do São Francisco oferta. Dessa forma a uva do Noroeste paulista obtém melhores preços, em função da falta de concorrentes, posto de São Miguel Arcanjo e Jundiá não produzem nesta época.

As variedades mais produzidas de uvas finas na região de Jales – SP são: Benitaka, Centenial, Brasil, Itália, Rubi e Red Globe. Com relação as uvas rústicas destaca-se a uva Niágara tem substituído o cultivo das uvas finas.

Entre os anos 1990 e 2000, a produção das uvas Rubi, Itália e Benitaka tiveram forte expansão na produção, mas em função de problemas climáticos e aumento no custo de produção das uvas finas resultou em queda de produtividade no momento em que os preços no atacado baixaram (FRANCO, 2009). Adicionalmente, João Dimas, engenheiro agrônomo da EMBRAPA – Jales, diz que, antes da queda no preço, os produtores estavam já abertos a diversificar a produção. É nesse contexto que a variedade Niágara Rosada conquistou espaço na lavoura.

Ainda, de acordo com o engenheiro acima citado, para se cultivar Niágara é necessário um trabalhador por hectare, já para as uvas finas esse número varia entre 3 e 4. Outros pesquisadores concordam com Dimas, para Tarsitano (2001) e Silva (2009) esta variedade é menos intensiva com menor custo de produção e menor uso de mão-de-obra, pois não precisa passar pelo processo de desbaste.

Outra vantagem é quanto às doenças. As corriqueiras são os fungos míldio, ferrugem da videira e requeima das folhas. Novamente, a Niágara em comparação com as uvas finas requer um terço a menos de fungicidas, resultando em um custo de R\$ 1,00 quilo e para as uvas Rubi, Itália, Benitaka e Brasil, o custo é de R\$1,50.

Além disso, o preço da Niágara difere do das uvas finas. Considerando a média dos últimos 10 anos, o preço da uva rústica, em questão, situou-se em R\$2,70 e das uvas finas entre R\$1,80 e R\$2,80.

Outra característica, relatada pela EMBRAPA, em favor da Niágara é quanto o sabor e aparência. Este tipo de uva é o que o consumidor vê, ou seja, se esta bonita certamente estará doce. Isso não ocorre com as uvas finas, as quais podem apresentar boa aparência, mas pode não estar com bom sabor, ou seja, doce.

Outro fator determinante é quanto ao rendimento que tal uva proporciona. De acordo com Hortifruti/Cepea (2008) a Niágara apresentou rentabilidade média 27% superior a da Itália em 2008. Isso explica a equalização no uso da terra para as uvas finas e rústicas com tendência da área cultivada de Niágara expandir a cada ano.

A estrutura de produção de uva na região de Jales – SP é baseada em pequenas propriedades, como já foi dito acima. Em estudo feito por Souza (2009), a área média é de 25 hectares com 3,3 destinados a produção de uvas. Além disso, observou que 55% da renda total dos produtores advêm da viticultura.

Quanto ao tempo na atividade, dos produtores entrevistados, estão em média, há 8 anos, o que indica a existência de uma tradição regional entre os produtores atuais, visto que a viticultura esta na região há 35 anos. Isso indica que o aprendizado para produzir uvas tem passado de geração para geração, fato confirmado pela pesquisa de Souza (2009).

Com relação à escolaridade, os produtores entrevistados possuem baixo nível escolar (primeiro grau completo). Isso indica que pode aumentar o nível de incerteza em função da maior dificuldade em interpretar as sinalizações de mercado. Mas, o fator tempo na atividade minimiza parte da defasagem escolar. Empiricamente, o produtor, em função da experiência, aprende as especificidades da produção e da comercialização.

4.2 AMBIENTE INSTITUCIONAL

Neste item, dessa dissertação, será caracterizado e discutido o ambiente institucional presente no município de Jales – SP. A análise gravitará em torno de quatro grandes eixos, que são: crédito rural, meio ambiente, assistência técnica, extensão e pesquisa e força de trabalho. Dessa forma, procederá uma caracterização das instituições relacionadas com cada item bem como sobre a sua atuação na produção de uva de mesa.

De acordo com a teoria sobre instituições já citada neste trabalho, as mudanças ou evoluções institucionais podem ser mais importantes do que avanços tecnológicos para o desenvolvimento, contribuindo para o crescimento e fortalecimento de uma atividade.

Com vistas a analisar o ambiente institucional relacionado a produção de uva de mesa na região de Jales – SP, algumas instituições foram selecionadas e visitadas, as quais foram: Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales Ltda., Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), Embrapa (Estação Experimental de Viticultura Tropical), Banco do Brasil, Sindicato Patronal e Sindicato dos Trabalhadores.

A Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales foi criada em 1993 em função de problemas de limitações a personalidade jurídica da Associação dos Viticultores da Região de Jales (AVIRJAL), ou seja, a AVIRJAL que foi criada em 1989 se tornou cooperativa quatro anos mais tarde.

O objetivo da cooperativa é representar, organizar e contribuir em conjunto com outras entidades ou não para o crescimento e desenvolvimento da viticultura da região. O momento da sua criação foi marcado pelo auge da atividade e, portanto fazer investimentos em infra-estrutura era necessário, principalmente para ter estrutura física e atender o mercado externo.



Figura 6 - Foto da Câmara Fria da Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales

Fonte: Foto tirada pela autora, 2009

Foi com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) obtido em 1993 que a estrutura existente hoje foi construída. Existem galpões para recebimento, classificação e embalagem. Além disso, há câmaras frias para armazenar 100.000 caixas de 6kg de uva por um período de 3 meses. A Figura 8 passa a idéia da grandeza do investimento em infra-estrutura que seria utilizada para a exportação de uvas de mesa.

Conforme Tarsitano (2001), o preço do kg da uva no mercado internacional era R\$ 1,50, valor superior ao recebido pelo mercado interno. Contudo, após a implantação do Plano Real a moeda nacional se valorizou perante o Dólar. Isso contribuiu para diminuir a competitividade da uva da região de Jales perante o mercado internacional, o que limitou a capacidade exportadora.

Restou para os cooperados a dívida do financiamento feito com o BNDES. A partir de então a entidade passou a ter dificuldades para honrar suas obrigações e os produtores que continuaram na cooperativa tiveram que honrar os compromissos. Há relatos que alguns produtores deixaram de produzir uvas, e passaram a diversificar a

produção e a cooperativa passou a comercializar outras frutas e não somente uva. Foi o meio encontrado para gerar caixa e honrar as dívidas. Atualmente conta com 40 cooperados com produção diversificada, como manga, laranja, limão e pinha. Em resumo, a cooperativa não tem sustentabilidade se trabalhar apenas com a uva.

Antes da crise econômica, existiam alguns serviços na cooperativa, como limpeza e empacotamento. Hoje, os cooperados contam com o transporte das frutas da cooperativa até o CEASA- SP e se a uva estiver com grau brix acima de 14 existe o selo de qualidade que garante a doçura da fruta. Este teste é feito em São Paulo e não em Jales.

Outra instituição de relevância para a viticultura é a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Dentro desta secretaria esta a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) que foi criada em 1967 pelo Decreto nº 41.608. A CATI tem sede em Campinas, mas é composta por uma rede de 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR). E cada EDR engloba as Casas de Agricultura .

A CATI tem por objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável através de ações e programas com entidades parceiras. Oferece também serviços de assistência técnica e extensão rural. Já se tentou implantar a Produção Integrada de Uva, mas o projeto não continuou por falta de recursos. Atualmente, as ações da CATI voltadas para os produtores de uva são basicamente a promoção de dias de campo em conjunto com a Embrapa. Pela entrevista feita com nesta instituição, faltam técnicos para atender toda a região.

No dia 8 de setembro de 1991 foi criada na cidade de Jales a Estação Experimental de Viticultura Tropical que esta ligada a Embrapa Uva e Vinho. Essa estação foi instalada a partir da demanda criada pelo setor vitícola. Para essa criação foi feito um convênio entre a Prefeitura Municipal de Jales, o Ministério da Agricultura, Embrapa, Secretaria da Agricultura de Jales e na época a AVIRJAL, a qual junto com a prefeitura doaram 5 hectares para ser utilizado como área de pesquisa.

Os objetivos são proporcionar solução para o desenvolvimento sustentável com foco no agronegócio e na viticultura, através da geração, adaptação e transferência de tecnologias. Uma das razões de ter sido criada foi por causa da pouca variedade de uvas que se adaptam as regiões de clima tropical. O grupo de pesquisa é formado por 4 pesquisadores, sendo 3 doutores e 1 mestre.

Os serviços prestados pela Embrapa – Jales são: extensão rural, palestras, dias de campo e o principal, a geração de novas variedades e novas tecnologias, as quais são pesquisadas sob demanda dos produtores. De acordo com as entrevistas, esta estação se considera plenamente capaz de atender das demandas tecnológicas da região se comparada com as outras instituições existentes.



Figura 7 Germoplasma utilizado pela EMBRAPA - Jales nas pesquisas
Fonte: Foto tirada pela autora, 2009

A Figura 9 mostra o Germoplasma, que é o banco de dados de material genético para uso futuro ou imediato. É a partir dele que os pesquisadores da Embrapa fazem os melhoramentos genéticos e cruzamentos para desenvolver novas variedades.

Entre as atividades exercidas nos últimos anos, estão as pesquisas de adaptação de culturas e diversificação de variedades. Em 1996, um dos projetos resultou em cultivares para produção em áreas de clima tropical, os nomes das uvas são: RRS Morena, BRS Clara e BRS Linda.

A instituição financeira entrevistada foi o Banco do Brasil e quem o representou foi o Gerente do Módulo Pessoa Física. A atuação deste agente está direcionado com a política de crédito. Dentre as várias linhas federais disponíveis para a agricultura, a mais

conhecida entre os produtores é o Pronaf, o qual financia qualquer atividade agropecuária.

Existe também o Programa para Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER), com objetivo de apoiar a produção, gerar emprego e renda e fixar o homem no campo. Direcionada para os produtores de menores portes, como os micro e pequenos. Além desse, há o Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (MODERAGRO), o qual visa recuperar áreas de pastagens cultivadas e degradadas com recursos oriundos do BNDES.

Os produtores que mais recorrem ao Banco do Brasil para fazer financiamento são os pequenos produtores, pois os maiores podem obter financiamento maior em outras instituições que destinam crédito aos maiores. Como a região de Jales é formada por pequenas propriedades há grande procura por operações de crédito via Pronaf. Este fato é comprovado com a posição da agência do Banco do Brasil em Jales no tocante a número de operações, visto que é a terceira do país que mais realiza operações de Pronaf e a segunda no Estado de São Paulo.

Quando o gerente foi questionado sobre a inadimplência dos produtores, ele relatou que é quase nula entre os menores, ou seja, os que se enquadram na classificação “Agricultura Familiar” do Pronaf. Com relação à existência de uma linha de crédito específica para a viticultura, o gerente informou que não existe no âmbito federal e nem em âmbito estadual.

Com relação a parte burocrática, foi relatado que os produtores encontram dificuldades para fazer o financiamento. Pois é necessário que levem a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) que é emitida pela CATI, documentos pessoais (RG, CPF), certidão de casamento e documentos do imóvel. Se for financiamento para investimento deve levar também o orçamento ou o projeto simplificado.

Sobre o conhecimento dos funcionários que fazem a avaliação dos pedidos de financiamento, o gerente informou que há planilhas com detalhamento dos custos para cada cultura, principalmente a uva. E a atualização dos dados é feita a cada mês. Isto mostra o conhecimento da instituição sobre as culturas financiadas.

As entidades de classe entrevistadas foram os sindicatos dos trabalhadores e o patronal. O sindicato dos produtores é uma associação de primeiro grau que visa defender os interesses dos associados conforme os estatutos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

O SENAR divide o prédio do Sindicato Patronal na cidade de Jales – SP. Conforme informações obtidas com o advogado do sindicato, as demandas para a produção de uva é baixa. O SENAR atua na parte de cursos de capacitação por demanda, e a bovinocultura tem requerido mais cursos.

Com a entrevista, descobriu-se que não há problemas com a estrutura fundiária, a qual esta bem definida na região. Outro aspecto favorável é quanto ao sistema de parceria presente na região, que substituiu o modelo de vínculo empregatício usual nos anos 90.

A situação sem conflitos se repete no Sindicato dos Trabalhadores. O presidente declarou que não ocorrem problemas trabalhistas, principalmente em função do sistema de parceria. Em relação a problemas fundiários, a afirmação dele converge com a do advogado do Sindicato Patronal. Problemas fundiários ocorreram nos anos 60, mas atualmente não há.

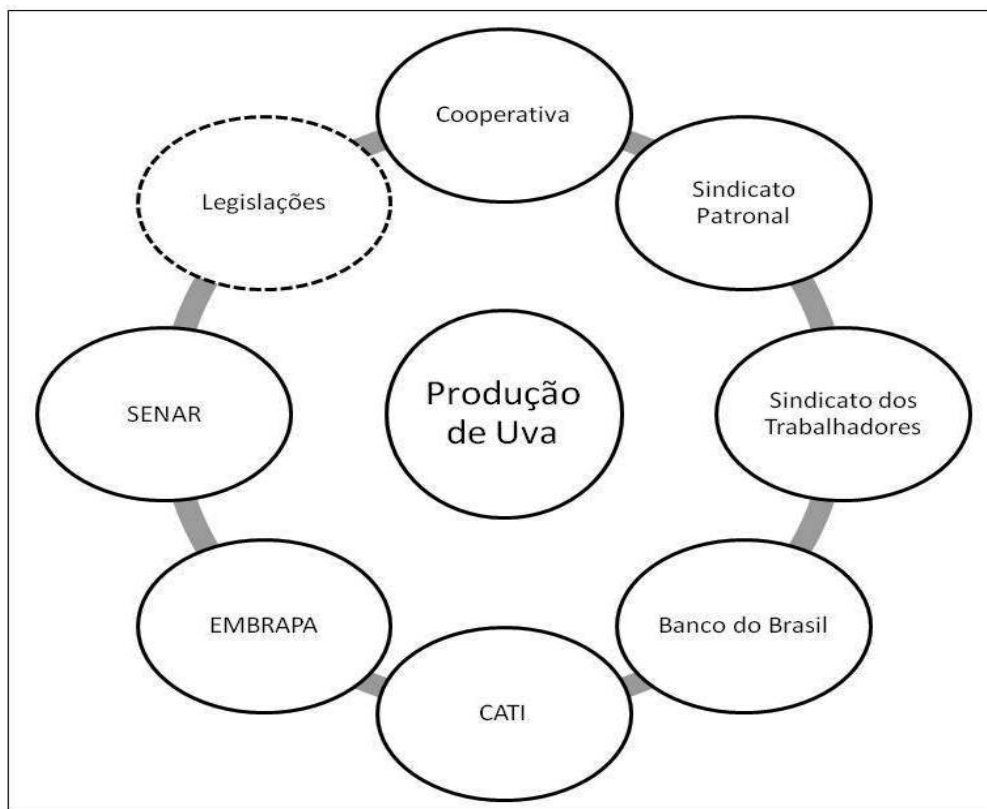


Figura 8 Principais Instituições presentes no EDR – Jales
 Fonte: Elaboração pela autora com dados da pesquisa, 2009

A Figura 11 resume as principais instituições atuantes na produção de uva de mesa da região de Jales. A parte que está em pontilhado na figura será tratada de outra maneira na seção seguinte. Conforme o aparato teórico utilizado nesta dissertação, não há diferenças entre instituições e organizações, por isso são tratadas da mesma forma.

4.5 Assistência Técnica, Extensão e Pesquisa

A assistência técnica, extensão e pesquisa é realizado por instituições de forma conjunta. As instituições que atuam ou que já atuaram são: Unesp, Embrapa, CATI e Cooperativa.

A Unesp é uma instituição de ensino voltada para a pesquisa e dessa forma, alguns trabalhos sobre a uva de mesa de Jales já foram desenvolvidos por professores e alunos desta instituição. Os trabalhos reconhecidos são Tarsitano (2001) e Fracaro

(2004). Fracaro desenvolveu uma técnica de uso de ethephon aplicado antes da poda nas parreiras possibilita aumento de lucratividade.

A Fatec existente no município de Jales não apresenta atualmente nenhum trabalho direto com a uva. Assim como a cooperativa existente não apresenta ação direcionada para a viticultura.

Em relação a CATI e Embrapa estas atuam em conjunto em Dias de Campo, que contém na programação palestras sobre assuntos específicos. Para exemplificar, em setembro de 2009 foi realizado um Dia de Campo com o tema: "Manejo da uva sem semente e Niágara rosada em condições tropicais". Foi realizado em conjunto com a CATI e a Embrapa e a Casa da Agricultura. O dia de campo é um evento gratuito em que o produtor pode se atualizar sobre as novas tecnologias disponíveis. Para ter acesso a programação dos dias de campo o interessado deve entrar em contato com a CATI.

As instituições mais presentes nesta dimensão são a CATI e a EMBRAPA. A CATI possui serviços de análise de solo, água, agrônomos para atender os produtores que os procuram. E a cargo da EMBRAPA fica o desenvolvimento de tecnologias e organização de eventos para difundir as pesquisas.

Existe um convênio entre a Embrapa e um produtor de médio porte para o teste de novas cultivares. A Embrapa fornece o nova variedade e ensina o manejo adequado e o produtor destina uma parte da sua propriedade para a produção e comercialização. Se o produto não for aceito no mercado consumidor quem arca com os custos é o produtor. Mas as cultivares desenvolvidas recentemente não tiveram aceitação no mercado, em função de ser um tipo novo e o sabor não agradou o consumidor.

4.2.2 Linhas de Financiamento

No período de modernização da agricultura brasileira, que se inicia em 1950 e se estende até os dias atuais, as políticas agrícolas tendiam a focar os setores mais expressivos, ou seja, os produtores de commodities destinadas ao mercado internacional. Isso se justificava, pois era necessário para minimizar os desequilíbrios na balança comercial do país. A implicação dessa política foi a marginalização do

segmento familiar, o qual não fazia parte das políticas de crédito rural, de preços mínimos e de seguro da produção.

Schneider et al (2004) diz que até o início da década de 90 não havia política nacional e específica para atender os produtores de menor porte da agricultura brasileira, pois era visto de modo bastante impreciso pela burocracia estatal.

Nos anos 90, a agricultura brasileira estava passando por um período de instabilidade visto que o processo de abertura comercial e desregulamentação dos mercados resultava em forte concorrência com os países do Mercosul. Associado a isso, a instabilidade dos anos 80 reduziu a disponibilidade de crédito o que por sua vez restringiu a capacidade de produção e atuação dos produtores.

Em função disso, o sindicato dos trabalhadores associados a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) se organizaram para reivindicar espaço nas políticas públicas visando uma reestruturação produtiva.

No plano conceitual, iniciaram-se estudos para chegar a um consenso sobre o conceito de agricultura familiar. O INCRA em conjunto com a FAO em 1994 realizaram estudos para definir o que é a agricultura familiar e as diretrizes que indicariam os melhores caminhos para a formulação de políticas públicas para este grupo. Resumidamente, a agricultura familiar é aquela em que a direção do trabalho é exercida pelo produtor e o trabalho familiar é maior que o contratado.

O primeiro programa voltado para os produtores familiares surgiu em 1994 com o presidente Itamar Franco. Neste governo foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que utilizava recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de liberar crédito a taxas de juros acessíveis aos produtores para que a produção em menor escala pudesse se tornar mais dinâmica no processo de desenvolvimento local através da oferta de serviços e da criação de postos de trabalho no campo. Esta política pública não vingou em função da dificuldade dos produtores em atender os requisitos do sistema financeiro.

No ano seguinte ao surgimento do PROVAP, no governo do Fernando Henrique Cardoso, este programa passou por alterações, tanto na área de abrangência quanto na concepção do que é agricultura familiar. Então, em 1996 ocorreu a institucionalização

do que se conhece hoje por Pronaf pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996.

O objetivo deste programa de acordo com o Decreto acima citado é: “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”.

Como a região de Jales – SP, produtora de uva de mesa, se caracteriza por ser familiar, o foco nas linhas de financiamento agrícola será a destinada a esse tipo de agricultura. As políticas de financiamento, para o agricultor familiar, podem ser de vários tipos tais como: para investimento, custeio e seguro tanto para a safra em relação a intempéries climáticas quanto para garantia de preços.

As linhas para investimentos, de acordo com o Manual do Crédito Rural, são direcionadas para implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção. Já o crédito para custeio, pode ser tanto para atividades agropecuárias ou não agropecuárias de beneficiamento ou de industrialização.

Com relação ao seguro rural, existe um plano do governo federal específico para o agricultor familiar que obtém crédito pelo Pronaf que tem por objetivo dar maior segurança para o agricultor e dessa forma possibilitar a continuidade da produção. Além desse, existem outros créditos rurais com este mesmo objetivo.

A política de crédito mais relevante para a agricultura familiar é o Pronaf e portanto, esta será tratada com maior detalhamento neste trabalho. Além disso, a pesquisa de campo permitiu chegar a esta conclusão, pois as outras linhas de financiamento existentes não foram citadas ou foram pouco citadas pelos produtores, estas linhas são: Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP); Programa Pró-Trator, Programa de Garantia de Preços e Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

Dentre as políticas Federais quanto as Estatais, notou-se maior conhecimento das oriundas da União. A Figura 12 elenca as principais linhas considerando as duas esferas.

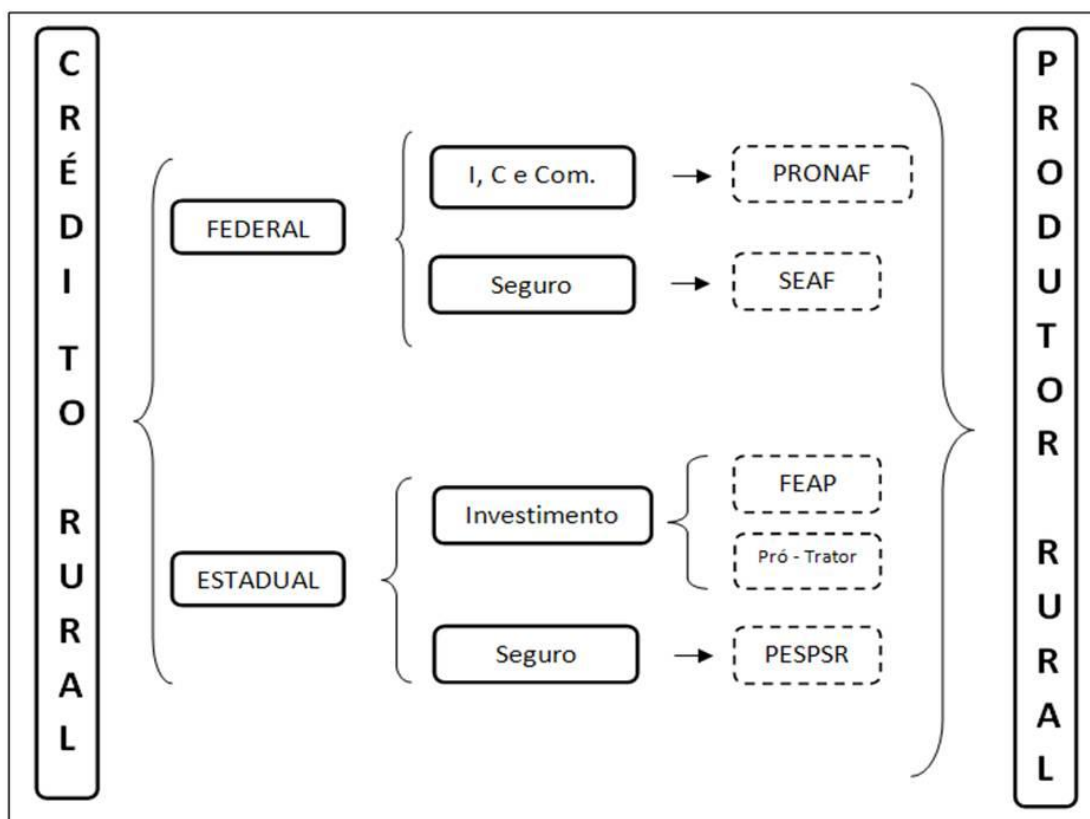


Figura 9 Resumo das Políticas de Crédito Rural
Fonte: Elaborada pela autora

A Figura 11, mostra a origem, o objetivo e a sigla da linha de crédito. Como o PRONAF, o qual pode ser utilizado para investimento (I), custeio (C) e comercialização (Com.). É importante ressaltar que este trabalho não visa tratar de todas as políticas existentes, mas sim das que constam no site da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do EDR de Jales – SP e que tenham ligação com a uva de mesa.

4.2.3 Organização Institucional no EDR de Jales – SP voltado para Financiamento

O Estado de São Paulo possui um arranjo institucional voltado para a agricultura com o foco em investimento, custeio e comercialização que atuam por meio de instituições tradicionais, como bancos comerciais. O sistema financeiro existente é mostrado na Figura 13.

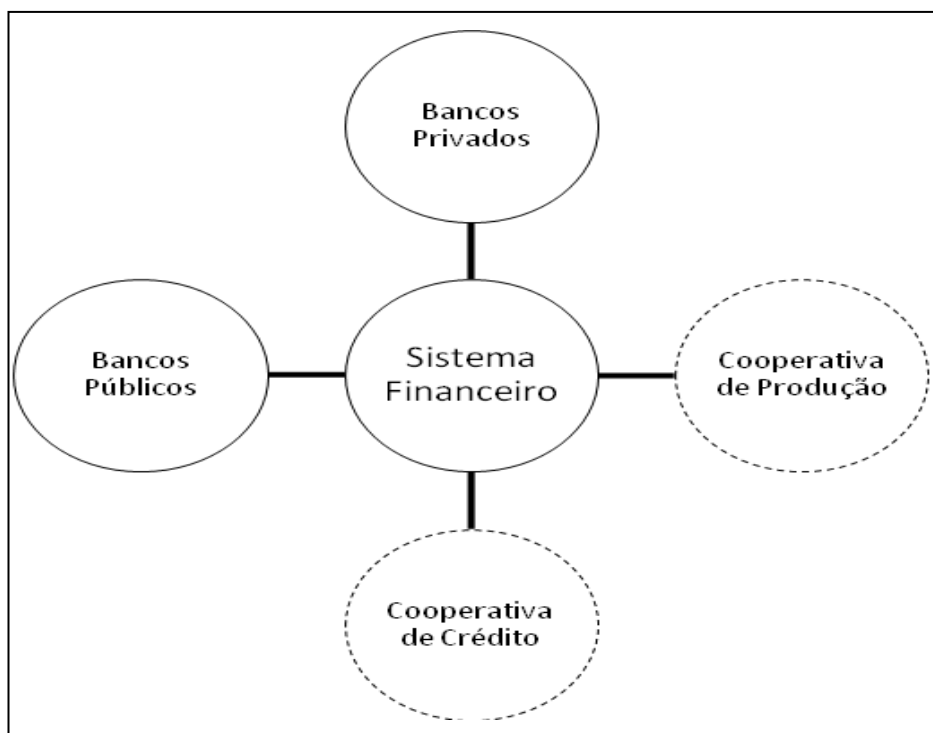


Figura 10 Organização Institucional para o Financiamento Rural
 Fonte: Elaborado pelos autores

A instituição que representa o banco privado é o Banco Nossa Caixa S.A., o qual disponibiliza as linhas do Feap e do Pronaf. E a que representa os bancos públicos é o Banco do Brasil. Essas duas instituições representam as instituições tradicionais no sistema financeiro que atuam como intermediários entre os produtores e as políticas públicas.

Apesar do Feap ser uma linha estadual e ter baixas taxas de juros, o Pronaf que é mais conhecido e utilizado pelos produtores. Os motivos que levam essa preferência é que os produtores desconhecem o Feap e os que conhecem não tem interesse, dizem que o custo do dinheiro é alto e o principal, tem dificuldades com a burocracia para fazer a operação de crédito.

Outra instituição tradicional é o Banco do Brasil, a qual no EDR de Jales – SP tem destaque por ser a 3ª agência da rede em maior número de operações de Pronaf no Brasil, isso indica a forte demanda pelos serviços quanto ao crédito. O banco possui o setor de agronegócios que é composto por uma equipe que tem algum grau de conhecimento sobre o mercado de uvas de mesa assim como seus custos e necessidades de financiamento dos produtores.

Comparando a quantidade de operações entre Feap e Pronaf entre os anos de 2000 e 2009 fica claro a maior contratação do Pronaf, os dados estão dispostos na Figura 14.

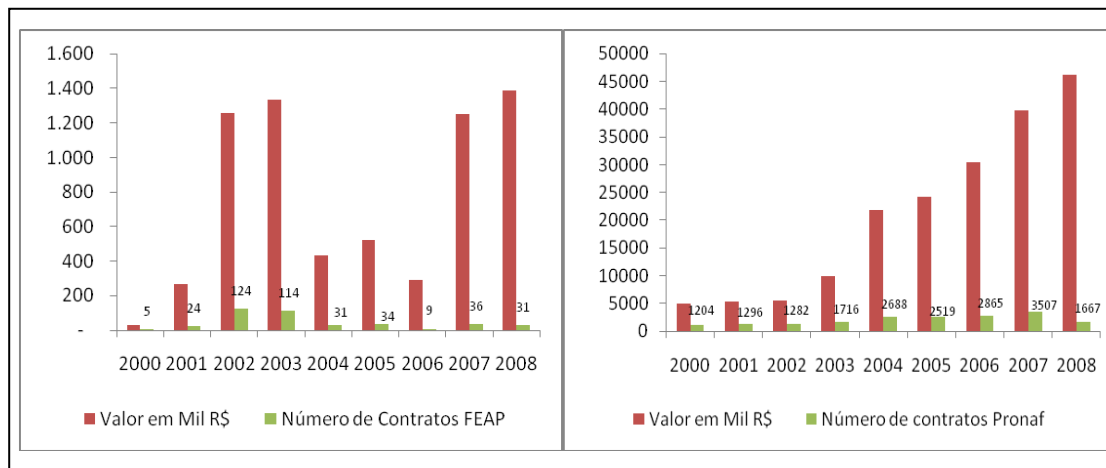


Figura 11 Valores em Mil Reais e Número de Contratos, Feap e Pronaf no EDR de Jales – SP
Fonte: Pesquisa de campo na CATI, 2009.

Essa diferença entre as duas linhas, pode ser explicada pela maior divulgação do Pronaf e pelas taxas de juros mais atraentes. Mesmo assim, entre os produtores de uva de mesa entrevistados, o uso de algum tipo de financiamento é baixo, tanto por desconhecimento ou receio de contrair empréstimo.

As instituições, da Figura 13, que estão em um círculo com linha cheia, são as que estão efetivamente funcionando e viabilizando crédito rural para os produtores de uva de mesa. Entretanto, há as que estão em um círculo pontilhado, indicando que existem mas não atuam como fomentadores do crédito rural.

A Cooperativa CredCitrus tem uma filial na cidade de Jales e que atende a região. Mas suas ações estão voltadas para outras culturas, como a laranja e o limão, sendo que os produtores de uva não tem buscado esta cooperativa como fonte de crédito. Por ser uma cooperativa, só pode fazer operações de financiamento quem é cooperado, então, essa se torna uma restrição para os produtores de uva obterem crédito por um sistema alternativo.

Nessa mesma linha, esta a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales Ltda – CoopJales que poderia atuar de forma mais expressiva que atualmente. Esta cooperativa enfrentou problemas financeiros no período pós Plano Real, o que levou a saída de cooperados, restando hoje 40 produtores cooperados. Esta instituição

poderia resgatar os produtores de uva para que possam agir em conjunto para buscar financiamentos para transporte, como caminhões refrigerados, e de reativação da infraestrutura tanto de armazenamento já existente e sem funcionamento.

Como o ambiente institucional tradicional esta consolidado e os produtores algumas vezes não tem conhecimento das linhas disponíveis para a agricultura familiar, ou não entendem as regras formais para se fazer uma operação de crédito, faz-se necessário um ambiente institucional alternativo composto por cooperativas de crédito, sendo que estas serão os agentes coordenadores.

As políticas de financiamento existentes para custeio, investimento, comercialização e seguro demandam tempo e conhecimento por parte dos produtores, visto que estes em geral, tem que se dirigir a outras instituições, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral para obter a Declaração de Aptidão as linhas, para depois se dirigir aos bancos munidos dos documentos necessários.

Ter uma cooperativa como agente coordenador tiraria da margem do sistema financeiro os produtores que movimentam poucos recursos e que demandam pequenos empréstimos. Sendo assim, o modelo que surgiu no ano de 1995, chamado de modelo Cresol ou Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária seria uma possibilidade na região. Atualmente, existem centrais desse sistema nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

4.3 Força de Trabalho

O mercado de trabalho no Brasil apresenta basicamente três estruturas de organização da mão-de-obra, são elas: os assalariados legais com carteira assinada, a dos assalariados sem carteira assinada em atividades não regulamentadas e os autônomos em trabalhos informais. Dessa forma, conforme Pires (1995), a força de trabalho se reproduz de forma heterogênea tanto em tecnologia quanto em produtividade.

Diante desse quadro, o trabalho rural formal é regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aprovada em 1973 com o Decreto – Lei nº 5.452 de 1º de maio do referido ano. Especificamente no meio rural, as relações trabalhistas são

regidas pela Lei nº 5.889 de 1973. Esta define como empregado rural aquele que, sendo pessoa física, desempenha serviços não eventuais sob a dependência do empregador ou recebendo salário como contrapartida.

O Decreto nº 73.626 de 1974 regulamenta a Lei nº 5.889, que trata da carga horária diária de trabalho, tempo para descanso, aposentadoria, entre outras questões a cerca deste assunto que não convém descrever por completo neste trabalho.

Inserido no contexto rural, o sistema de parceria é um tipo de relação trabalhista que se destaca em algumas culturas na agricultura, tais como: algodão, café, borracha e algumas frutas, como a viticultura.

No Estado de São Paulo, este sistema de mão-de-obra se iniciou e fortaleceu com a implantação da cafeicultura e que passou a ser utilizada em outras culturas. Este sistema se tornou solução para a crescente demanda de mão de obra em meados do século XIX na cultura do café.

Neste período, o fazendeiro custeava o transporte da força de trabalho do país de origem até a fazenda. Nesta relação, as obrigações do fazendeiro era disponibilizar os instrumentos de trabalho, moradia e uma porção de terra para que os imigrantes parceiros pudessem se instalar e produzir alimentos. Em contrapartida, as famílias tinham pagar as despesas com 50% dos seus ganhos anuais. Além disso, tinham que pagar juros caso existisse alguma quantia que não foi paga num período de dois anos.

De acordo com estas normas, os parceiros passaram a entrar em conflito com os fazendeiros por não conseguirem pagar as dívidas no período estipulado. Somado a isso, ocorreu o aumento dos juros sobre as dívidas de 6% para 12% (VEIGA, et al., 2001). Passou-se a utilizar o artifício da bonificação para amenizar os conflitos, ou seja, os parceiros que apresentassem maior produtividade receberiam um pequeno acréscimo na remuneração total.

Considerando que no período o estoque de mão-de-obra para a cafeicultura era baixo, os fazendeiros tinham seu poder de atuação sobre o controle do trabalho e da produtividade limitado. A bonificação existente nos contratos foi sendo reduzida pelo pagamento das crescentes despesas de transporte. O resultado imediato disso para os proprietários de cafezais era o mau trato ou descuido por parte dos parceiros o que levava a queda na quantidade colhida. Dessa forma, gradativamente o sistema de parceria foi sendo substituído por outros tipos de contratos, como o de locação de serviços.

Apesar das mudanças ocorridas desde meados do século XIX no sistema de contratação de mão-de-obra no mundo rural, nota-se a presença do sistema de parceria atualmente nas propriedades com culturas intensivas em mão de obra e caracterizadas pela agricultura familiar, como é o caso da produção de uva fina de mesa na região de Jales – SP.

O sistema de parceria se encontra regulamentado por leis e decretos, além de ser detalhado no Estatuto da Terra, no qual consta a definição, a porcentagem limite que o parceiro outorgante pode receber do parceiro outorgado e o período de vigência do contrato.

Para que se formalize a transação entre ofertante e demandante de força de trabalho no sistema de parceria é necessário que se firme um contrato na forma de documento assinado e registrado em cartório, em que as partes estabeleçam o compromisso de trabalhar conjuntamente e dividir os retornos obtidos com a produção. De acordo com Francisco et al (2004), os equipamentos e insumos necessários à produção são providos pelo proprietário da terra e o parceiro contribuiu com a sua mão-de-obra.

A parceria engloba o que se chama de meeiro, ou seja, quando 50% da produção fica com o parceiro e a outra metade com o proprietário. Da mesma forma é parceria também quando o parceiro trabalha em sistema de terça ou quarta. O parceiro, utiliza o espaço físico para produzir e disso para o aluguel da terra com parte da sua produção.

O aparato institucional relacionado ao sistema de parceria é composto pela Lei nº 4.504 de 1964 que trata do Estatuto da Terra, define o sistema de parceria entre outras disposições, é regulamentado pelo Decreto nº 59.566 de 14 de novembro de 1966. De acordo com estas regulamentações, o sistema de parceria é definido pelo decreto de 1966 da seguinte forma:

[...] o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não benfeitorias, outros bens e ou facilidades, industrial, extrativa, vegetal ou mista; e ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos de caso fortuito e de força maior do empreendimento rural, e dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observadas os limites percentuais da Lei (art. 4º do Decreto nº 59.566/66)

As parcerias estabelecidas na região de Jales – SP estão em consonância com a definição acima, visto que os proprietários fornecem toda a estrutura necessária para

que a família parceira possa cultivar uva. Adicionalmente, com informações obtidas no Sindicato Patronal de Jales – SP no ano de 2009 é incomum situações de quebra contratual ou problemas entre as partes que estabelecem a parceria.

Um fator que favorece esse sistema na região é que o parceiro é uma mão-de-obra qualificada por ter conhecimento no trato da uva de mesa e além disso, em geral o parceiro e o proprietário se conhecem a longa data ou possuem certo grau de parentesco entre os chefes de cada família. Essa característica foi vista entre os produtores entrevistados.

Com relação a ocupação do espaço rural, este sistema de parceria passa a ser uma estratégia uma vez que em geral envolve a contratação de famílias inteiras. Ligado a essa questão está o tempo de duração do contrato entre o parceiro e o proprietário. Caso não haja nenhum item especificando a vigência do trabalho em conjunto, fica automaticamente estabelecido um período de 3 anos, conforme determina o decreto acima citado.

Com base na pesquisa de campo, observou-se que as famílias consideradas parceiras não mostraram pontos negativos dessa forma de relação trabalhista. E para o proprietário, a parceria favorece a redução de custos operacionais ao não registrar os trabalhadores pelas normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), além de manter a mão-de-obra de forma permanente que pode ser utilizada em outras atividades na propriedade.

Conforme Bonança (2006), o uso da parceria é uma questão cultural que forma a tradição vitícola. Ela estreita laços entre duas famílias, visto que a família parceira é aceita na condição de agregados da própria família. Dentro deste forte laço estão as relações de direitos e deveres das partes. Alterar esta forma de relação de trabalho requer mudanças nos laços afetivos e rupturas históricas.

Em relação às questões jurídicas, pode-se dizer que, no Estado de São Paulo, a utilização da parceria tem diminuído pelo fato da relação entre o proprietário e o parceiro ser interpretada como empregado-empregador (Silva et. al, 2008). Mas esta tendência do Estado não se verificou na região de Jales, em função de ser um aspecto institucional ligado a cultura histórica na produção de uvas de mesa. Outro fator que reforça o uso da parceria é a necessidade intensiva de trabalhadores no cultivo da uva.

4.4 Meio Ambiente

A dimensão Meio Ambiente pode ser avaliada de diferentes formas. Neste trabalho esta ligada ao uso de agrotóxicos e a forma de aplicação do mesmo na viticultura. Num primeiro momento será explicado sobre a legislação ambiental, baseada na Constituição Federal (CF) e Regulamentações a respeito das leis.

O Capítulo VI da CF trata do Meio Ambiente. O Art. 225 diz que “todos tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras” (CF, p. 145, 2010).

Isso indica que, qualquer pessoa e qualquer esfera do governo tem o direito de usufruir do meio ambiente, mas também tem o direito de preservá-lo. Dessa forma, consta no inciso V do Art. 225, que deve-se controlar o uso de agrotóxicos durante a produção, uso de técnicas, métodos e componentes que podem causar danos ou riscos para a vida e impactos no meio ambiente.

Nessa direção, esta a Lei 802/1989 que dispõe sobre a pesquisa, experimentação, produção, rotulagem, embalagem, utilização, entre outros. A regulamentação desta lei só ocorreu no ano de 2002, com o Decreto 4.074, indicando que o Brasil caminhou para se alinhar as exigências de qualidade para os produtos agrícolas.

Existe a classificação em quatro classes de toxicidade dos agrotóxicos. A classe I é o extremamente tóxico (faixa vermelha), a classe II, altamente tóxicas (faixa amarela), a classe III, medianamente tóxica (faixa azul) e por fim a classe IV, pouco tóxica (faixa verde).

As classes indicam o grau de periculosidade dos produtos. Conforme entrevista feita na CATI, os produtores tendem a se preocupar com a toxicidade oral. Mas, raramente as pessoas ingerem o produto. Os riscos de intoxicação estão ligados ao contato do produto com a pele e com as vias respiratórias. Dessa forma, é indicado que os trabalhadores que estão em contato constante com estes componentes químicos devem fazer exames médicos periodicamente.

O agrotóxico de uso recorrente na produção de uva de mesa na região de Jales – SP é um fungicida de nome comercial Manzate. Ele está classificado na classe II, considerado altamente tóxico. Conforme, informação obtida na CATI, a região de Jales utiliza grandes quantidades de fungicidas se comparado com a região produtora de Campinas e Jundiaí.

Alguns fatores explicam essa diferença. Primeiro, a região de Campinas e Jundiaí se destacam na produção da cultivar Niágara, que faz parte do grupo de uvas rústicas, ou seja, não é necessário o uso intenso de agrotóxicos. Na região de Jales, produz-se mais uvas finas, que são mais delicadas e requerem cuidados intensos. Além disso, os produtores, de maneira geral, não confiam nas indicações feitas pelos agrônomos da CATI sobre a quantidade a ser usada do fungicida, eles sempre utilizam quantidade maior do que a indicada por medo de perder a produção.

Sobre o equipamento de proteção individual (EPI), A Figura 15 ilustra como o trabalhador deve se proteger no momento de uso do agrotóxico.



Figura 12 - Equipamento de Proteção Individual
Fonte: Defesa Agropecuária, 2010

O Equipamento de Proteção Individual é composto por: capacete, óculos, protetor facial, máscara de solda, respirador purificador de ar, respirador de adução de ar, respirador de fuga, luva, manga, calçado, meia, calça, vestimenta de corpo inteiro.



Figura 13 - Equipamento de Proteção Individual utilizado
Fonte: Foto tirada pela autora na pesquisa de campo, 2009

Na prática, os produtores não utilizam o EPI, servem-se de camisa de manga cumprida e não usam máscaras apropriadas. O que predomina é o uso de tecido como forma de proteção. A Figura 16 mostra como é utilizado pelos produtores do Noroeste de Jales – SP. Tanto os produtores quanto os representantes institucionais entrevistados relataram o descaso dos produtores em utilizar o EPI.

O trabalhador tem que passar em todos os corredores com o mini trator para pulverizar o fungicida na plantação toda. Conforme ilustra a Figura 16, não esta sendo utilizado o equipamento de EPI, de forma que se estiver ventando, a pessoa que esta passando o produto entrará em contato direto com o agrotóxico, pela pele, olhos e vias respiratórias. Além disso, não foi relatado pelos entrevistados, exames periódicos para avaliação.

Com relação ao solo, em nenhum momento da pesquisa foi observado problemas. Como não existem rios próximos das propriedades, nada foi dito em relação a contaminação da água e do solo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvimento e instituição estão relacionados, pois ambos estão ligados a processos evolucionários, que se iniciam do acúmulo de cultura e conhecimento. No caso dos produtores de uva de mesa de Jales – SP, estão na atividade há quase 10 anos e o local tem histórico de produção visto que a uva chegou na região nos anos 60.

Além da questão cultural, há presença do Estado atuando de forma a promover a atividade por meio de políticas públicas, incentivo a pesquisa, inovações. E associado a ação do Estado estão as instituições locais que participam desse processo de desenvolvimento.

A região de Jales – SP no que está ligado a uva de mesa precisa evoluir institucionalmente para fortalecer a atividade. Do que foi exposto, notou-se que os produtores possuem conhecimento sobre produção, em função do tempo de atuação na atividade. Mas isso gera uma cultura de produzir da mesma forma que aprenderam com os pais ou antepassados.

Associado a isso, estão os serviços de extensão rural, assistência e transferência de tecnologia. Pelas entrevistas, observou-se que os viticultores produzem de acordo com seu conhecimento e desconhece os serviços acima citados, desenvolvidos pela CATI e Embrapa. Neste aspecto, notou-se o distanciamento entre essas instituições e a produção de uva.

Considerando uma situação ideal, se tais instituições atuassem de forma mais próxima dos produtores, o desenvolvimento rural seria mais expressivo no fortalecimento da agricultura, no estímulo empreendedor dos produtores em buscar novas maneiras de produzir. Como a prática é diferente, e existe um espaço separando esses grupos, o desenvolvimento da produção de uva de mesa fica prejudicada.

Outro ponto a ser levantado, é sobre a atuação da cooperativa. A Cooperativa Agrícola Mista de Jales – SP. As cooperativas possuem caráter estratégico quando se trata de pequenos e médios produtores. A principal vantagem é com relação ao aumento do poder de barganha nas transações, pois, a ação em conjunto é mais eficaz que a ação individual.

Conforme Commons (2003), a ação coletiva em nível local é mais eficiente em alguns casos se comparado com a ação oriunda de um nível hierárquico superior. Neste caso, ação coletiva, ou seja, a atuação da cooperativa resultará em benefícios para os produtores. É necessário o fortalecimento desta instituição, para que juntos os produtores se fortaleçam.

A cooperativa, além de aumentar o poder de barganha do produtor, ela serve para escoar a produção. A comercialização é um ponto fraco dos produtores de uva, visto que, a pesquisa de campo mostrou que os produtores não tem meios de transporte para comercializar a sua produção e ficam dependentes de intermediários. Além disso, a cooperativa pode manter uma equipe de técnicos para dar auxílios específicos e proporcionar maior e melhor produção. A cooperativa, atualmente, funciona apenas como um entreposto comercial dos cooperados, que comercializam vários tipos de frutas, e não só a uva como era no início.

Decorrente da crise em 1994 e do endividamento, os produtores não dão crédito a esta instituição. Há problema de reputação desta instituição, a qual, no contexto da região de Jales – SP, seria a instituição chave para os produtores. É dada esta importância, pois, seria ela a ponte entre todas as instituições presentes na região e os produtores. Ela seria o melhor canal de comunicação.

Com relação à parte de financiamentos, observa-se predomínio do Banco do Brasil com operações de Pronaf na região. Mas, apesar desta política existir, o crédito não chega aos produtores de uva especificamente, pois dois fatores principais, o desconhecimento e a dificuldade do produtor com relação aos procedimentos burocráticos. Outra questão que surgiu na pesquisa com os produtores é o receio de fazer o financiamento e em função de instabilidade climática não conseguir comercializar a sua produção e, portanto não honrar as obrigações.

Neste aspecto, nota-se que existe crédito voltado para os agricultores familiares e que por sua vez engloba os produtores de uva de mesa da região de Jales – SP, mas falta uma política específica para a Uva. Já que é uma produção de relevância econômica e social, o Estado poderia direcionar crédito para esta atividade. Da forma como esta organizada a política de financiamento o desenvolvimento da atividade e do campo pode ficar limitado.

Sobre pesquisa, seja sobre desenvolvimento tecnológico, manejo ou novas substâncias para ser utilizada na produção, verifica-se que tal função esta em parte sob responsabilidade pública e em parte privada. Na área pública se encontra a Embrapa, que pesquisa sobre novas cultivares, faz adaptações, novos modelos de irrigação e manejo. Contudo, a pesquisa revelou que se não ocorrer dia de campo, não há um meio de comunicação entre produtores e esta instituição para que as informações sejam repassadas.

Pesquisa científica no EDR Jales – SP não foi encontrada. Verificou-se a existência de pesquisa da Unesp de Ilha Solteira e da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Isso mostra que esta região chama atenção de estudiosos de outras regiões e a população local não costuma tratar do assunto.

O fato da produção da uva estar desde 1975 na região os produtores adquiriram com o tempo cultura e conhecimento para produzir. E pela pesquisa de campo, notou-se que os produtores continuarão a produzir da sua maneira. O que embasa esta afirmação é a presença de várias instituições, de política macroeconômica semi-direcionada para a uva de mesa na região, mas que não há comunicação.

Os produtores afirmaram que a CATI no passado já foi mais presente e hoje sua atuação esta enfraquecida, fato que aconteceu com a cooperativa. Essas observações permitem dizer que da forma que esta estruturado e funcionando o ambiente institucional o desenvolvimento rural fica comprometido.

A produção de uva de mesa da região de Jales – SP teve seu pico de produção nos anos 90, em que pessoas que não tinha a cultura de produção, ou seja, eram médicos, advogados, produziam uva, pois foi um período áureo para a atividade. A partir de 1994 com a mudança no mercado internacional, queda dos preços nacionais, os produtores tidos como especuladores deixaram a atividade, e apenas quem tinha histórico na produção continuou.

Associado a isso, houve um enfraquecimento da atuação das instituições e isso é sentido pelos produtores, pelos agrônomos que trabalham na CATI, pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores. A comemoração que tem na cidade de Jales, denominada Festa da Uva esta se enfraquecendo. Esses fatos, associados aos já descritos acima tendem a enfraquecer a atividade e o desenvolvimento rural. Se faz necessário a atuação

mais presente das instituições e para que isso aconteça, deve ser criado um canal de comunicação guiado pela cooperativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R., Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000 In: BARROS, G. S. C. Agricultura familiar. São Paulo, jul. 2006. Disponível em:< www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9.doc>. Acesso em: 13 ago. 2008.

AGRIANUAL 2008: *Anuário da agricultura brasileira*. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio, 2009.

ALICEWEB - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet. Disponível em: < <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>> Acesso em: 28 mar. 2009.

AREND, M ; CÁRIO, S. A. F. Instituições, Inovações e Desenvolvimento Econômico. In: *IX Encontro Nacional de Economia Política*, 2004, Uberlandia - MG. Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004.

BARROS, G. S. C. *Agricultura familiar*. São Paulo, jul. 2006. Disponível em:< www.cepea.esalq.usp.br/especialagro/EspecialAgroCepea_9.doc>. Acesso em: 13 ago. 2008.

BARROS, M.H.C.;BOTEON, M. Avaliação regional dos principais pólos produtores de uva no Brasil . XXXX Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural. 2002.

BENKO, G. Le developpement local, quels modèles? In: CAMPEÃO, P. *Sistemas Locais De Produção Agroindustrial: Um Modelo De Competitividade*. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Centro de Ciências Exatas e Tecnologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.

BRASIL. **Lei nº 7.802**, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7802.htm. Acesso em: 18 abr. 2010.

BRASIL. **Lei 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> Acesso em: 9 mar. 2010.

BRASIL. **Lei 5889**, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5889.htm Acesso em: 26 mai 2010.

BRASIL. **Decreto – Lei 5.452**, 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 26 mai, 2010.

BRASIL. **Decreto 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96> Acesso em: 11 abr 2010.

BRASIL. **Decreto 73.626**, de 12 de fevereiro de 1974. Aprova Regulamento da Lei número 5.889, de 8 de junho de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D73626.htm Acesso em: 26 mai, 2010.

BRASIL, **Decreto 59.566**, de 14 de novembro de 1966. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59566.htm Acesso em: 9 mar 2010.

BRITO, J.; ALBAGLI, S. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.

BRYMAN, A. *Research methods and organization studies*. New York: Routledge, 1989. In: CALEMAN, S. M. Q. *Coordenação do Sistema Agroindustrial da Carne Bovina – uma abordagem focada na Teoria dos Custos de Mensuração*. 198f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2005.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, jun., 1999.

BUARQUE, Sérgio C. e BEZERRA, Lucila. “Projeto de desenvolvimento municipal sustentável- bases referenciais”. In: BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, jun., 1999.

CÂNDIDO, G. A. *Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes empresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas: um estudo comparativo de experiências brasileiras*. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. 380 p.

CASTELS, M; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades*, n. 45, julho de 1996.

CATI – COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. 2009. Disponível em: < http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_principal/index.php> Acesso em: 12 ago. 2008.

CAVALCANTE, C. M. *Análise Metodológica da Economia Institucional*. 2007. 103f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

COASE, R. *The Nature of the Firm*. 1937. Disponível em: <<http://www.cerna.ensmp.fr/Enseignement/coursEcoIndus/SupportdeCours/COASE.pdf>> Acesso em: 12 abr. 2008.

COLLIS, J. ; HUSSEY, R. *Pesquisa em Administração*. São Paulo, SP: Bookman, 2005. Trad. Lucia Simoni

COMMONS, J. R. Economía Institucional. *Revista de Economía Institucional*, vol 5, n.8, jan.-jul, 2003.

CONCEIÇÃO, O. A. C. . Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? *Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 25-46, 2001.

CONCEIÇÃO, O. A.C. A contribuição das abordagens institucionalistas para contribuição de uma teoria econômica das instituições. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.23, n.1, p.77-106, 2002

CORRÊA, L. S.; BOLIANI, A. C. . Cultivo de uvas de mesa no Brasil e no mundo e sua importância econômica. In: Aparecida Conceição Boliani; Luiz de Souza Corrêa;. (Org.). *Cultura de Uvas de Mesa - do plantio à comercialização*. 1 ed. Jaboticabal-SP: FUNEP, 2000, v. 1, p. 1-19.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa*. São Paulo, SP: Artmed/Bookman, 2007. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha.

ELLIS, F. BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. *Development Policy Review*, 19 (4): 437-448, 2001.

FARINA, E.M.M.Q., AZEVEDO, P.F., SAES, M.S.M. *Competitividade: mercado, estado e organização*. Editora Singular, 1997.

FIGUEIREDO, N. M. A. de. (org.) *Método e Metodologia na Pesquisa Científica*. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2007.

FRACARO, A. A. *Aplicação de ethephon em videira 'Niagara Rosada' (Vitis labrusca L.) visando produção na entressafra do Estado de São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado em Agronomia (Produção Vegetal)) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

FRANCO, L. Rústica e Rentável. *Rev. Globo Rural*. São Paulo: Globo. n. 289. nov. 2009.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, FAOSTAT; Statistical Databases. Net. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: marco e junho 2010.

FURTADO, C. Os Desafios da Nova Geração. *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

GALA, P.S.O.S. A retórica na economia institucional de Douglas North; *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.2, Mar/Abr 1995.

GUANZIROLI, C. et al. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. In: FAULIN, E.J. *O Uso do System Dynamics em um Modelo de Apoio a Comercialização: uma aplicação à agricultura familiar*. 2004, 191f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

GONÇALVES, W. M. *Confiança, ECT e Formas Organizacionais: um framework aplicado na vitivinicultura da Serra Gaúcha e do Vale do São Francisco*. 2008. 207f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

HODGSON , G. A evolução das instituições: uma agenda para pesquisa teórica futura. Dossiê Economia Institucional – *Econômica*, v.3, n.1, p. 97-125, jun. 2001.

HODGSON , G. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, March 2003, 27(2), pp. 159-75.

HORTIFRUTIBRASIL. Anuário 2008/2009, Piracicaba: CEPEA USP/ESALQ, n. 75, , p. 32-33, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE Cidades 2000. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidades>> Acesso em: 04 dez. 2008.

_____. 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

_____. 2006. Disponível na Internet: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 18 ago. 2008.

IBRAF - INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS. Dados sobre exportações em 2003. Net.Disponível em: <<http://www.ibraf.org.br>>. Acesso em: 18 mai. 2010

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2002.

LOCATEL, C. D. *Modernização da Agricultura, Políticas Públicas e Ruralidade: Mudanças e Permanências na Dinâmica Rural das Microrregiões de Jales e de Fernandópolis*. 2004. 423f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

LOCATEL, C. D. *O Desenvolvimento da Fruticultura e a Dinâmica da Agropecuária na Região de Jales-SP*. 2000, 272f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2000.

MAANEN, J. V. Reclaiming Qualitative Methods for organizational research: a preface. In: NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo, v. 1, nº 3, 2º sem. 1996. Acesso em: 13 abr. 2008. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

NARDOQUE, S. *Apropriação Capitalista da Terra e a Formação da Pequena Propriedade em Jales - SP*. 2002. 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002. Presidente Prudente, São Paulo.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, Dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12. Jan. 2009.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo, v. 1, nº 3, 2º sem. 1996. Acesso em: 13 abr. 2008. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>.

NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge, Mass.: *University Press*, 1990.

PELINSON, G. J. B. P. Importância da Viticultura na Região Noroeste do Estado de São Paulo. In: *Anais do Simpósio Brasileiro sobre uvas de mesa*, Ilha Solteira, SP, 09 a 11 de nov., 2000.

PLOEG J.D. van der et al. Rural Development: from practices and policies towardstheory. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

RUTHERFORD, M. Institutions in Economics: the old and the new institutionalism (Historical perspectives on modern economics). In: CAVALCANTE, C.M. *Análise Metodológica da Economia Institucional*. 2007. 103f. Dissertação (Mestrado em Economia). Faculdade de Economia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

SAMUELS, Warren J. (1995). The present state of institutional economics. In: CONCEIÇÃO, Octavio A. C. *Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista*. 2000. 228f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós Graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCAPENS, R. W. Researching Management Accounting Practice: *The Role of Case Study Methods*. British Accounting Review, 22, pp. 259-81, 1990.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, L. C. F. da. *Caracterização das Redes de Suprimento de Uva de Mesa da Região de Jales Estado de São Paulo*. 2009. 169f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2005. 313 p.

SOUZA, P. A. R. *Coordenação do Sistema Produtivo da Uva de Mesa da Região Noroeste de SP: uma abordagem focada na teoria dos custos de transação e nas estruturas de poder*. 2009. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração). Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

TARSITANO, M. A. A. *Avaliação econômica da cultura da videira na região de Jales-SP*. 2001.119f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Engenharia. Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2001.

TERRA, M.M.; PIRES, E.J.P.; NOGUEIRA, N.A.M., coord. Tecnologia para produção de uva Itália na região Nordeste do Estado de São Paulo. In: TONDATO, C. *Caracterização dos Canais de Marketing da Uva de Mesa na Região Noroeste do Estado de São Paulo*. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

TONDATO, C. *Caracterização dos Canais de Marketing da Uva de Mesa na Região Noroeste do Estado de São Paulo*. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Departamento de Economia e Administração. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

VAN DER PLOEG, J. D. Labor, markets, and agricultural production. In: NAVARRO, Z. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 43, Dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12. Jan. 2009.

VEBLEN, T. Why is Economics not an Evolutionary Science. *The Quarterly Journal of Economics*, vol.12, 1898. Disponível em: <http://prof.mt.tama.hosei.ac.jp/~hhirano/academia/econom.htm>. Acesso em: 20 jul. 2008.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. *Texto para CONTAG*, 1998. 55 p.

_____. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2005. 226 p.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 101-119.

VEIGA, J. E. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Nead, Série Textos para Discussão*, n. 1, ago. 2001. Disponível em: <www.nead.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2008.

VERGARA, S. C. *Métodos de Pesquisa em Administração*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, M. M. F. & ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em administração*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. cap. 1.

WILLIAMSON, O. *Mechanisms of governance*. New York: *Oxford University Press*, 1996.

WILLIAMSON, O. *Mechanisms of governance*. New York: *Oxford University Press*, 1996.

YIN, R. k. *Case Study research: design and methods*. 1 ed. USA: *Sage Publications*, 1989.

ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de Governança e Coordenação do Agrobusiness: uma aplicação da nova economia institucional*. 1995. 241f. Tese (Livre Docência em Administração), Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

APÊNDICE

ROTEIRO UTILIZADO COM OS AGENTES INSTITUCIONAIS

Pesquisa Banco do Brasil

1. Quais as linhas de financiamento o Banco do Brasil oferece aos produtores de UVA? Descreva cada uma.
2. Avalie o nível de endividamento dos produtores.

Pesquisa Embrapa/IEA e CATE

1. Quais as principais pragas/doenças que afetam a cultura?
2. Quais foram as principais pesquisas desenvolvidas para atender os produtores de uva nos últimos anos?
3. Quais foram os programas de assistência técnica e extensão rural destinados aos produtores de uva desenvolvidos pela empresa ou pelos órgãos de pesquisa do estado nos últimos anos?

Pesquisa Sindicatos Patronais (ou produtores)

1. Quais são os principais problemas e as perspectivas de solução?
2. Que tipo de crédito necessita (giro/investimento/exportação)? Tem tido acesso? Como avalia o sistema?
3. Quais são os agentes financeiros (BNDES, BB, Bancos privados, etc.) Quais as taxas cobradas (de mercado, especiais) e garantias exigidas?
4. Se o produtor não tem tido acesso a crédito, especificar as razões.
5. Quais são os impostos pagos? A carga tributária é um entrave ao negócio?
6. Qual a influência da legislação (trabalhista, ambiental, fitossanitária)?
7. Regularização fundiária. Existe alguma questão pendente?
8. Existem outras experiências de associações?
9. Como avalia a competitividade em relação as demais regiões?
10. Como é a infra-estrutura para armazenagem, transporte, etc?

Pesquisa Cooperativa de Produtores

1. Descrever as relações mantidas com os produtores de UVA.
2. Descrever as relações mantidas com a prefeitura, governo do Estado, SEBRAE, Embrapa, Banco do Brasil, outros bancos, etc.
3. Há algum mecanismo de proteção ao produtor em épocas de crise? Descreva.
4. Descrever as linhas de financiamento que a cooperativa oferece aos produtores. Como funciona cada uma dela (custos e procedimentos para ter acesso).
5. Quais as formas de relacionamento com o mercado (contrato, alianças, outras parcerias).
6. Possui algum outro tipo de serviço de atendimento ao produtor?

Pesquisa Sindicatos dos Trabalhadores

1. Quais são os principais problemas e as perspectivas de solução?
2. Quais são os principais problemas trabalhistas encontradas na atividade?
3. Regularização fundiária. Existe alguma questão pendente?

ENTREVISTA UTILIZADA COM OS PRODUTORES

Características da Uva

1. Quais as principais características da produção de uva de mesa (solo, clima, água, aparência, brix)
2. Qual a diferença de produção entre os tipos de uva (Niágara, benitaka, Brasil)?
3. Quais os motivos de perda de receita (prazo, qualidade, transporte, clima, financiamento)?
4. Quais são os riscos envolvidos na comercialização da uva:
 - () Entregas fora do prazo () Falta de produto () Falta de opções de variedade
 - () Preços elevados () Ausência de prazos () Falta de garantia de freqüência
 - Outros.....
 -
5. Quais são os mecanismos de proteção?
6. Quais os principais destinos da uva de mesa (em % mercado local, CEAGESP)?
7. O que precisa melhorar para poder exportar a uva de Jales?
8. Tem conhecimento sobre financiamentos do Governo Federal e Estadual (Pronaf, Feap)?
9. Quais são os principais canais de comercialização (cooperativa, atacadistas, mateiros, varejistas, direto ao consumidor)?
10. Quais são os riscos envolvidos na realização das vendas?
 - () Prazos de recebimento () Preço () Quantidade demandada
 - () Irregularidade da demanda () Não recebimento () Outra
 -
11. Quais os principais custos envolvidos na produção da uva?
12. O produtor participa de cooperativa ou associação? Qual o benefício?
13. Como o produtor vê a atuação das seguintes instituições:
 - a. Cooperativa
 - b. Embrapa
 - c. Sindicatos
 - d. Cati – Secretaria da Agricultura
 - e. Sebrae
 - f. Escola Agrícola
 - g. Barracão do Produtor
 - h. Festa da uva
14. Há algum tipo de fiscalização quanto ao uso de agrotóxicos? EPI?
15. Qual o tipo de agrotóxico mais utilizado?

16. Qual a destinação das embalagens vazias?

() Lava as embalagens e reutiliza para outros fins.

() Realiza a tríplice lavagem. Onde?

() Realiza a tríplice lavagem e devolve no local indicado.

() Descarta em qualquer lugar / junto com o restante do lixo.

() Outro. _____

17. O (A) senhor (a) recebe orientação técnica para utilização de agrotóxicos?

() Sim. De quem? _____

() Não

18. Participou de algum treinamento oferecido pelo Sebrae sobre classificação da uva ou outro curso?

19. Que políticas governamentais citadas abaixo poderiam contribuir para o aumento da eficiência competitiva dos produtores de uva de mesa de Jales.

1 – sem importância 2 – pouco importante 3 – importante 4 – muito importante. Para frequência: 1 – inexistente 2 – rara 3 – anual 4 – mensal

Ordem	Variáveis
	Estabelecimento de mais e melhores atividades de treinamento técnico
	Melhorias em educação básica
	Programas de apoio e consultoria técnica
	Linhas de crédito. Que tipo?
	Incentivo. Que tipo?
	Maior estabilidade macroeconômica
	Outras
	Não deve haver políticas governamentais para estímulo à inovação

20. Qual a sua avaliação sobre o papel do governo federal, estadual e municipal no processo de promoção de políticas de desenvolvimento do setor?

Governo	Positiva	Negativa	Por quê?
Federal			
Estadual			
Municipal			

21. Como o produtor se adequou ao processo de abertura de mercado nos anos 90? (Numerar de 1 a 9 por ordem de importância).

Ordem	Variáveis
	Promoveu importantes melhorias nos equipamentos e processos produtivos
	Promoveu apenas mudança organizacional
	Introduziu inovação de produto
	Introduziu inovação de processo
	Fez arranjos cooperativos com empresas e instituições de pesquisa
	Capacitou internamente os recursos humanos
	Empenhou-se no aprendizado tecnológico
	Buscou outras formas de financiamento
	Outros:

22. Como o produtor toma conhecimento das pesquisas feitas pela Embrapa?

23. Quais os principais problemas de saúde os trabalhadores da propriedade apresentam?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)